

Jóvirson José Milagres

**Para além da “Porta de Entrada”:
Usos e representações sobre o consumo da cannabis entre
universitários**

Niterói, maio de 2003

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política

**Para além da “Porta de Entrada”:
Usos e representações sobre o consumo da cannabis entre
universitários**

Jóvirson José Milagres

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Antropologia Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Niterói, maio de 2003

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, por apresentarem um comportamento tido como “desviante” - nesse caso, o consumo de maconha - nos padrões hegemônicos para um determinado contexto sócio-cultural, se predispõem a serem rotuladas - “maconheiros” -, sentem intensamente a ação dos mecanismos de coerção social vigentes, e assim são levadas a criar e desenvolver estratégias de transgressão ou buscar argumentos que lhes possibilitem reivindicar a legitimidade de tais atos.

“Diverjo de todo mundo...Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”.

Guimarães Rosa

Agradecimentos

Agradeço incondicionalmente a todos os professores das disciplinas que cursei no Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense, por contribuírem, de uma forma ou de outra, para a minha “socialização” no campo de debates das Ciências Sociais e em especial ao professor Marco Antônio da Silva Mello, figura polêmica e cativante.

Agradeço ao Tio Paulinho, à Suely e a Paulinha, por me acolherem tão amavelmente durante o período que passei em Niterói e, principalmente, à minha mãe, por sempre providenciar uma “jantinha” e um “dinheirinho” nas escalas em Petrópolis.

Agradeço ao Márcio, à Patrícia, ao Alexandrino, ao Zé, ao Edir, ao Vinícius, à Lílian, ao Alex, ao Flávio, ao Eduardo, à Aline, à Suzana, ao Wilhamir, à Andréia, à Mônica, ao Marcelo (Beijo), e a Rejane por refletirem comigo sobre o tema e se prontificarem a me auxiliar na elaboração e efetivação do trabalho de campo.

À Jô, por me ajudar na correção e formatação do texto.

À Paula, minha amada companheira, por levar o Bernardo para passear sempre que podia, deixando assim a casa em silêncio nos finais de semana em que eu tinha para concluir a dissertação.

Finalmente, não poderia deixar de expressar aqui meus sinceros agradecimentos à professora Simoni Lahud Guedes, pela presteza, empenho, compreensão e cordialidade na orientação desse trabalho.

Resumo

A proposta desenvolvida neste trabalho foi a de abordar alguns aspectos do fenômeno consumo de drogas na sociedade brasileira, a partir da visão de mundo e do convívio com uma turma de estudantes universitários. Adotando uma perspectiva interacionista, foram consideradas as noções de estigma, desvio social e divergência, utilizadas por alguns autores – Erving Goffman, Howard Becker, Gilberto Velho - que tratam direta ou indiretamente o tema. Sobrepostas à realidade empírica, construída a partir dos instrumentos de pesquisa - observações de campo, levantamento de dados coletados em questionário e análise de entrevistas - estas noções se complexificam e se relativizam, pela contextualização sócio-histórica do “problema das drogas” em uma “sociedade contemporânea”. Não se considerou, em princípio, o consumo de cannabis como desvio, mas sim as representações construídas, por consumidores e não consumidores de cannabis, sobre este tipo de comportamento.

Palavras Chave: Maconha; drogas (consumo de); sociedades complexas; interacionismo simbólico.

Abstract

The purpose of this search was to bring up a few aspects on the drug addiction in the Brazilian society. The search was done among a class of college students. Using an interactive perspective, it was used a notion of stigma, social deviance and difference, proposed by a few authors – Erving Goffman, Howard Becker, Gilberto Velho – they studied these themes directly or indirectly. Such notions, were built over the empiric reality – observation, data bases and interviews – they are more complex and relative when they are used in a social-historic situation, on the “drug’s problem” in a “contemporary society”. It was not considered, in the very beginning, the addiction of cannabis as a deviation. But it was considered so, in terms of the representation built by consumers and non consumers on the deviation issue.

Key words: Marijuana; drugs (use); complex society; symbolic interactionism.

Sumário:

Introdução-----pág.1

Capítulo I A transformação do consumo da cannabis num “problema social”----pág.7

- . Sistemas de Cura, êxtases xamânicos e rituais de socialização-----pág.7
- . Droga e sociedade-----pág.10
- . Mas afinal, que “droga” é essa?-----pág.13
- . A cannabis e o Ocidente-----pág.18
- . O problema das drogas-----pág.23
- . A criminalização da maconha no Brasil-----pág.26

Capítulo II Pressupostos teórico-metodológicos: chaves para uma

interpretação sociológica sobre o consumo de cannabis-----
--**pág.37**

. Representações sociais sobre a cannabis e seu consumo-----
-----**pág.37**

- . O interacionismo simbólico-----pág.43
- . Carreira desviante -----pág.48

. Estigmas Sociais-----
-----**pág.53**

Capítulo III Considerações sobre o universo pesquisado-----
pág.59

- . O ensino de nível acadêmico em Juiz de Fora-----pág.63
- . O trabalho de campo-----pág.65
- . O 2º Período de Estudos Sociais-----pág.69

Capítulo IV O meio acadêmico como campo de pesquisa: uma experiência
(endo-) etnográfica-----pág.77

- .Estratégias de consumo-----pág.81
- 1)Territórios livres, “barcas” e “quebradas”-----pág.81
- 2)Caminhos e descaminhos do tráfico-----pág.87

3) "Segurando a expressão"-----	pág.90
.Os "caretas" e outras trajetórias-----	pág.93
.Antes de concluir-----	pág.103

Conclusão-----	
--pág.105	

Bibliografia-----	
-----pág.111	

Apêndices: Apêndice A (dados sobre alguns dos entrevistados)-----	
-----pág.118	

Apêndice B (fotos) -----	pág.120
--------------------------	---------

Apêndice C (modelo de questionário)-----	pág. 125
--	----------

Apêndice D (roteiro de entrevistas)-----	pág. 128
--	----------

Introdução:

“Maconha não vicia. Fumo maconha já há mais de 10 anos todos os dias e ainda não me viciei.” Essa declaração de um entrevistado, entre irônica e paradoxal, possibilita avaliar o quanto podem ser relativas algumas noções que envolvem a classificação da cannabis como uma “droga leve”, que “não vicia” mas que, entretanto, costuma ser representada como uma possível “porta de entrada” para o perigoso “mundo das drogas”.

A cannabis¹, juntamente com o tabaco e o álcool, é uma das “drogas” mais consumidas no mundo. Está no centro de uma polêmica de dimensões transnacionais que diz respeito à legalização ou não de sua comercialização e de seu consumo, passando por iniciativas médicas e políticas alternativas que tratem de seus usuários (consumidores) e traficantes (comerciantes) de maneira diferente da que até então vem sendo praticada, ao longo do século XX.

Um levantamento cuidadoso das diferentes formas de regulamentar a utilização da cannabis, nos diversos países, resultará, certamente, em um quadro bastante diversificado. Essa diversificação é uma demonstração das interpretações possíveis acerca da cannabis.

A sociedade brasileira, um exemplo de sociedade complexa e contemporânea, social e culturalmente diversificada - “contemporary complex cultures” (Hannerz, 1992). Se, por um lado, pode ser comparada a outras sociedades com características similares, que reconhecem o consumo de cannabis como um “problema social”, apresenta também peculiaridades que merecem ser melhor avaliadas.

A polêmica envolvendo a discriminação da cannabis também se reproduz em situações cotidianas nas quais consumidores e não consumidores expressam, de diversas formas, interpretações divergentes sobre seu consumo. Nessa dissertação pretendo examinar uma destas situações sociais, investigando uma turma de estudantes universitários na qual se encontram consumidores e não-consumidores da cannabis.

Essa investigação visa mapear as representações coletivas sobre a cannabis e examinar situações sociais de confronto e interação entre consumidores e não-consumidores, expressas neste específico contexto social, buscando relacionar tais representações com os diferentes estilos de vida (Velho, 1998) encontráveis na referida turma. Desta maneira espero contribuir para a compreensão mais complexificada do consumo da cannabis e, por conseguinte, das drogas consideradas ilícitas no Brasil.

É fundamental, para esta investigação, a compreensão de uma grande diferenciação nas representações sobre o uso de drogas. Como afirma Velho: “A própria noção de tóxico e o conceito de droga são altamente problemáticos e, dependendo do critério e da posição do investigador, podem abraçar desde a heroína até o papo-de-anjo”. (Velho, 1994:24)

Como um desdobramento dessa mesma perspectiva, o trabalho de Vargas (2002) dá uma contribuição significativa ao tema na medida em que busca “desnaturalizar” a distinção entre “drogas de uso lícito” e “drogas de uso ilícito”, procurando “subsidiar a problematização da partilha moral (médico-legal) entre usos ‘lícitos’ e ‘ilícitos’ de drogas” (Vargas, 2002, p. 1). Embora reconhecendo a extrema relatividade do que Vargas denomina

¹ A supressão de um “n” na grafia de cannabis foi um recurso que, a exemplo de algumas publicações brasileiras (Bastos, 1999:13), possibilita a escrita sem utilização de grifos ou itálico, visto se tratar de um gênero taxonômico do nome científico na botânica da planta em questão. A opção por cannabis ao invés de maconha foi uma tentativa de evitar, de início, a forte conotação negativa que o termo sugere. Ao longo do trabalho os termos ‘cannabis’ e ‘maconha’ serão indistintamente usados.

a “partilha moral” entre “drogas de uso lícito e ilícito”, para os efeitos deste trabalho será considerado apenas como “consumo de drogas” o daquelas consideradas “ilícitas” no Brasil.

Para a realização de minha proposta, alguns passos preliminares são necessários. Assim, no primeiro capítulo, serão contextualizadas as questões sobre consumo de drogas consideradas “ilícitas” em sociedades complexas contemporâneas, sempre tendo como referência principal o contexto sociocultural brasileiro, delineando o processo de consolidação de normas de conduta referentes a tal consumo a partir da formulação de leis específicas. Estas leis resultam de negociações de diferentes perspectivas acerca do seu consumo.

Para abordar o tema pretendo pautar minha análise no “interacionismo simbólico” enquanto referencial teórico-metodológico, mais particularmente nos trabalhos de Howard Becker (1963, 1977) sobre “comportamento desviante” associado ao consumo de canabis, e Erving Goffman (1975, 1980) sobre “estímulos sociais”. Essa será a ênfase do segundo capítulo. Outra referência importante e que trata de uma realidade mais próxima será o estudo de Gilberto Velho (1988) sobre consumo de drogas em diferentes grupos da Zona Sul carioca, pesquisa que também pode ser situada na perspectiva interacionista.

Além dessas referências teóricas, um outro material que serviu como fonte secundária e imprescindível de representações sobre o consumo de drogas em nossa sociedade foram as inúmeras reportagens de jornais e revistas tratando do tema, impossíveis de serem desconsideradas, tão recorrentes que foram durante o período de realização da pesquisa. Os meios de comunicação são importantes espaços nas sociedades modernas pois, ao mesmo tempo em que repercutem as representações coletivas mais difundidas na sociedade, ajudam a construí-las dando-lhes a “realidade” das notícias (Berger, Luckman, 1977).

No terceiro e quarto capítulos apresento os resultados da minha investigação, trabalhando com a relativização das noções de “comportamento divergente” e “desvio social” associadas ao uso de “drogas ilícitas” no Brasil, particularmente a maconha, explorando as visões de mundo diferenciadas, detectadas em pesquisa de campo realizada com uma turma do curso de licenciatura em Estudos Sociais de uma Instituição de Ensino de Juiz de Fora, MG. Realizei, a princípio, um levantamento para situar as condições sócio-econômicas básicas de cada um dos alunos e posteriormente apliquei questionários e entrevistas, além de também acompanhar situações sociais de interação vividas pelos alunos.

Existem, nesta turma, pessoas que usam e pessoas que não usam “drogas ilícitas”, sendo a canabis a de uso mais evidente e difundido. Trata-se, portanto, de uma situação bastante adequada para perceber como interagem estas pessoas e como constroem representações sobre si e sobre os outros, no contexto simbólico das representações referentes ao consumo de drogas.

A noção de “porta de entrada” é bastante utilizada, em diversas situações, ao se anunciar o maior perigo resultante do consumo de uma “droga leve” como, na maioria das vezes, é considerada a canabis. Não é meu objetivo refletir se a canabis é ou não a “porta de entrada” para o “mundo das drogas” como freqüentemente se anuncia, mas sim compreender como o grupo estudado entende o conceito de “droga”, como classifica tipos diferenciados de “drogas” e como se configura internamente em relação aos diferentes “estilos de vida”, particularmente no que se referem ao consumo ou abstinência de drogas.

O professor Roberto Kant de Lima havia me chamado a atenção para algumas dessas “peculiaridades nacionais” referentes à significação do uso de drogas na sociedade brasileira e para a limitação de se trabalhar com a noção de “desvio social” de autores que partem de um outro contexto sócio-cultural, assim como a professora Laura Graziela Gomes me fez considerações proveitosas sobre as questões próprias ao campo de estudos sobre “consumo”, no qual o consumo de drogas se insere e assume características singulares - infelizmente um investimento maior nesse campo inviabilizaria a proposta desse trabalho, dada a sua especificidade – e o professor Carlos Henrique Aguiar Serra, que juntamente com os dois outros professores citados, compôs a banca de qualificação do projeto dessa dissertação, me alertou para a forma como estava redigido o projeto, sugerindo uma certa naturalização de algumas noções usadas como, por exemplo, a de “comportamento desviante”, o que poderia de alguma forma soar como a ratificação de pré-noções e preconceitos que envolvem o tema.

Tentei, na medida do possível, incorporar estas observações na elaboração final do texto, ciente entretanto de que, mesmo assim, não escaparia das limitações próprias de todo trabalho acadêmico dessa natureza, que, num determinado momento, deve eleger um caminho, deixando para trás uma infinidade de outros, não menos promissores.

“Vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) *transformar o exótico no familiar e/ou* (b) *transformar o familiar em exótico*”.(...)

“Na segunda transformação, a viagem é como a do *xamã*: um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. (...) E não é por outra razão que todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são xamãs, curadores, profetas, santos e loucos; ou seja, os que de algum modo se despuseram a chegar no fundo do poço de sua própria cultura”.

Roberto da Matta, “O ofício do Etnólogo, ou como Ter *Antropological Blues*”

“Por meio da utilização de plantas psicotrópicas, e através de contatos bem dirigidos entre o sistema estranho e eu, [Don Juan] conseguiu mostrar-me que minha visão de mundo não pode ser final porque não passa de uma interpretação”.

Carlos Castañeda, “Uma Estranha Realidade”

Capítulo I

A transformação do consumo da canabis em um problema social

1) Sistemas de cura, transe xamânicos e rituais de socialização

Parece-me desnecessário listar indícios de milhares de anos atrás e nas mais diversas sociedades para lembrar que o consumo das substâncias que hoje designamos genericamente como “drogas” está presente em toda e qualquer sociedade humana, desde os tempos mais remotos, para fins terapêuticos, espirituais e/ou recreativos.

Se as evidências mais antigas da canabis inserida na cultura de antigas civilizações são restos de fibras de 6.000 anos encontradas na China ou se já foram encontradas sementes de outras plantas psicoativas em assentamentos pré-agrícolas das Américas de até 7.000 anos atrás (Escohotado, 1994:6), o que desperta a atenção é que “a descoberta e o emprego de substâncias químicas que provocam alterações dos estados de consciência têm sido, desde sempre, um dos maiores tesouros de diversas culturas e da humanidade” (Silveira Filho, 1995:63).

Quando nos voltamos para uma beberagem indígena consumida por um pajé ou comunitariamente pela tribo - com data e local pré-determinados. em algum ritual específico de uma sociedade mais “holística” em relação à nossa - podemos entender esse acontecimento enquanto um fato social total (Mauss, 1974), inserido num mundo de significados distantes do nosso e de dimensões mais controláveis. Como porém se inseriria o consumo de drogas enquanto fenômeno social se considerarmos as diferentes concepções e interpretações deste fenômeno face à complexidade inerente à nossa realidade contemporânea?

Para responder esta questão primeiro levemos em conta que os conceitos tidos como válidos, a “verdade” irrefutável de nossa época, ainda são os respaldados pela ciência positivista do século XIX, quando

“las drogas dejaron de ser vegetales más o menos mágicos, ligados a ritos y aspectos. Sus principios se comprendieron como elementos nucleares de la substância orgánica – no menos ‘maravillosos’ desde logo, pero libres de énfasis mítico” (Escohotado, 1994:76)

Nesse período, e como continuidade da afirmação hegemônica da classe médica emergente, uma consequência do que Foucault (2002) chamou de “construção de quadros” – classificação, ordenação e hierarquização das coisas da natureza, dos povos e sua cultura, dos homens em sociedade – ocorreu ao mesmo tempo a consolidação de “um processo de saber” atrelado à “técnicas de poder”².

. Temos dessa forma os “narcóticos”, os “sedativos”, os “alucinógenos” e “estimulantes” (Millon *apud* Matos, 1988: 20) ou, a partir de um sistema de representações pautado por critérios similares, drogas que causam dependência química ou psicológica, drogas “leves” ou “pesadas”. As políticas de controle dessas substâncias consideram prioritariamente estes critérios na diferenciação e definição entre drogas “lícitas” ou “ilícitas”, sempre devidamente respaldadas pelos pareceres técnicos e definitivos da classe médica³.

Assim, as “drogas” são comumente classificadas, pelos seus componentes químicos e supostos efeitos farmacológicos, sem que freqüentemente se considere com relevância o contexto sociocultural em que são consumidas.

² “Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de impor uma ordem.” (Foucault, 2002: 127)

³ Quanto aos “discursos médicos sobre uso de drogas” ver: Fiore, 2002.

Baseando-nos em classificações desse tipo a cannabis, droga que servirá particularmente ao interesse da pesquisa, seria categorizada como um alucinógeno, uma planta psicodélica ou psicolítica, diferindo de algumas drogas e se assemelhando a outras (peyote, LSD, psilocibina), principalmente por produzir “estados alterados de consciência”, termo tomado da psicologia transpessoal (Matos, 1988:38) e um conceito chave para se entender algumas representações adotadas por seus usuários, assim como o efeito esperado ao ser fumada.

Antes de tratar especificamente do consumo de cannabis, contextualizado enquanto um fenômeno social contemporâneo, cabe aqui uma pequena consideração sobre o significado do ato de fumar e as representações existentes de homens que “soltam fumaça pela boca” - que diferenciam pajés ameríndios, caboclos de Umbanda, ou astros de “Hollywood” - ancorada no processo histórico-social de consolidação desse hábito hoje tido como pouco “saudável” e mesmo assim tão atrativo.

Quando, nos séculos XVI e XVII, atracaram nas Américas os navegadores europeus ávidos por metais preciosos, especiarias e exotismos e por curiosidade ou mesmo necessidade se aventuraram a comer o que aqui se comia, beber o que aqui se bebia, dormir como aqui se dormia e, por que não, cheirar e fumar o que aqui se cheirava e fumava, houve aqueles que incorporaram tais hábitos e os levaram para o Velho mundo. Um desses hábitos em especial se popularizou muito e estimulou sobremaneira a economia mundial por séculos, até se tornar um “problema contemporâneo” enfaticamente condenado: o tabagismo.

Tanto o tabaco (mascado, aspirado na forma de rapé ou dissolvido em beberagens) como a cannabis (bebida como chá ou misturas alcólicas ou então comida em elaboradas receitas como por exemplo os “space cakes” – bolos de maconha e o “dawamesk” - pasta mole de haxixe confeitada), apesar de apresentarem estas diversas possibilidades de consumo, são,

em nossa sociedade, quase que exclusivamente fumados, constituindo-se, juntamente com o álcool, as “drogas” mais consumidas no Brasil, embora haja divergências quanto à classificação de um ou outro desses produtos como drogas.

Drogas e Sociedade

Quando atentamos para a heterogeneidade representada pelo consumo de drogas num sentido mais amplo do termo e tendo como referência uma sociedade complexa e contemporânea como a nossa, a distinção entre classes sociais apresenta um diferencial qualitativo considerável: da cola de sapateiro e solventes cheirados ostensivamente por crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros urbanos à mais pura cocaína aspirada em festas regadas a uísque de suntuosas coberturas; do crack fumado em cachimbos improvisados nas prisões, morros e periferia, aos “estimulantes” consumidos em coquetel nas boates, onde jovens de classe média dançam e se divertem ao som da “tecno music”. Todas estas variantes do que convencionalmente denomina-se “mundo das drogas” estão intrinsecamente associadas a estilos de vida e comportamentos próprios a determinadas subculturas urbanas. (Velho, 1998)

A existência de um “mundo das drogas”, enquanto noção ampla e genérica, estaria neste caso vinculada à “observação de redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como a conjunto de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressariam modos particulares de construção da social da realidade” (Velho,1994:22), sem ser possível, contudo, “pressupor comportamentos e atitudes

homogêneos”, pois “trata-se de noção muito ampla, a partir da qual precisamos estabelecer distinções e particularidades” (*ibid.* p.24).

Para uma abordagem mais abrangente do fenômeno poderíamos considerar ainda aquelas drogas tidas como “lícitas”: produtos comprados nas “drogarias” com o aval dos Doutores em Medicina⁴, desde que documentalmente prescritos, ou com a total desaprovação de médicos e programas de saúde e mesmo assim adquiridos aos maços por qualquer pessoa, de qualquer idade, em qualquer bar, padaria ou supermercado do país, vendendo a promessa de “um raro prazer” e muito contribuindo para “o sucesso” da indústria do tabaco.

Podemos ainda mencionar os esteróides e anabolizantes, apropriadamente designados por Cesar Sabino (2002) como “drogas de Apolo”, consumidos por “desportistas” profissionais ou amadores corpólatras, que subvertem totalmente o sentido de saúde associando-as ao cultivo de um corpo “sarado”.

Assim se estabelece atualmente uma distinção entre drogas ilícitas e lícitas – ou “usos lícitos e ilícitos de uma mesma substância” (Vargas, 2002) - definida por mecanismos

⁴ De fato, é delegado prioritariamente à classe médica o poder de definir quando e em que dosagens uma determinada substância representa risco à saúde humana e pode ser considerada como droga; esta condição ao mesmo tempo outorga aos membros desta classe a prescrição de medicamentos que podem levar a quadros de dependência severa, mesmo por parte dos próprios médicos que, se auto-medicando, correm o risco de também se tornarem vítimas do abuso destas substâncias como demonstrou uma pesquisa recente feita pela USP (Estado de Minas -12/05/2002, pág. 19). Outro aspecto de grande incoerência referente às drogas vendidas nas “drogarias” é a quase desnecessária apresentação de receitas para a compra de muitos remédios, além de receituário forjado, às vezes pelos próprios médicos, ocasionalmente denunciados por comércio de receitas.

sócio-históricos, estruturados às vezes a partir de um consenso, e outras por intermédio de negociações, conflitos ou arbitrariedades, que envolvem discursos ideológicos e interesses políticos e econômicos, expressos por relações de poder mais ou menos explícitas que permitem, por exemplo, o consumo de determinados remédios, do tabaco e de outras drogas convencionalmente aceitas em nossa sociedade, mesmo quando têm sua legalidade questionada e seus efeitos apontados como extremamente prejudiciais, em termos individuais e coletivos.

Por vezes de consumo tolerado, já naturalizado e “culturalmente” aceito como o enorme volume de chope e cerveja bebido nos inúmeros botequins da cidade⁵, acentuadamente nos finais de semana e outras vezes necessitando de um ambiente ritualizado e de acesso restrito a iniciados, como é o caso do chá de cipó amazônico que hoje se propaga por várias localidades do Brasil e do mundo nas comunidades do Santo Daime⁶.

⁵ Na pesquisa realizada pelo IBGE sobre o desempenho das vendas em diversos setores industriais, em 1999, a cerveja e o chope aparecem como produtos que ocupam o impressionante 4^o lugar por faturamento entre os produtos industriais, com receita de 4,3 bilhões de reais e um consumo anual *per capita* de 50,3 litros, perdendo apenas para combustíveis e automóveis. Outros dados interessantes desta pesquisa é que, em vinte anos, a venda de cigarros passou da 28^a para a 46^a numa constatação de que a nicotina já não é mais uma droga tão em moda, ao passo que os medicamentos ocupam a 7^a posição nesse *ranking*, com faturamento de 3,3 bilhões de reais no período (J.B., 01/05/2002: 11). Segundo estimativas, no verão de 2002/2003 a produção mensal de cerveja certamente ultrapassará os cinco bilhões e meio de litros (Jornal da Globo, 20/12/2002)

⁶ Um parecer antropológico sobre as implicações socioculturais do processo de constituição das seitas usuárias da *ayahuasca* enquanto cultos sincréticos e a noção de “uso ritual e restrito” adotada na

Mas afinal: “que droga é essa” ?

Com o significado e no sentido que aqui será tratado, o termo “droga” assume normalmente uma conotação negativa, tendo como característica marcante o fato de se tratar principalmente de substâncias ilícitas, de uso enfaticamente recriminado nas campanhas televisivas, diferindo radicalmente, no imaginário social, daquelas substâncias que, apresentando geralmente baixa concentração de um princípio ativo qualquer: estimulante, sedativo, ou o que for - chás, café, guaraná, chocolate e até mesmo açúcar: os chamados “alimentos-droga” (Mintz *apud* Vargas, 2002:12) – que são consumidas indiscriminadamente, de forma mais ou menos ritualizada, por vezes assumindo significado expressivo num dado período histórico e contexto cultural, como no caso do “Deus Chá” para os britânicos (Sahlins 1992:24).

No Brasil, dentre as “drogas” propriamente ditas, as que mais se consome e se comercializa no mercado clandestino são basicamente a maconha, quase sempre fumada na forma de cigarros manufaturados (“baseados”) e a cocaína cheirada ou, em menor escala, diluída e aplicada na corrente sanguínea por seringa. Na região Norte também se consome a cocaína sob a forma da pasta da coca fumada junto ao tabaco ou mesmo ao cigarro de maconha (a chamada “mescla”) e há pouco tempo se encontra nas grandes cidades, principalmente em São Paulo, a cocaína na forma de “crack”, fumada em cachimbos improvisados.

Os solventes de tinta e colas de sapateiro, “lança-perfumes” (cloreto de etila) e “cheirinhos da loló” ou simplesmente “loló” (a base de clorofórmio) são relativamente pouco consumidos, limitando-se mais ao consumo esporádico por parte dos adolescentes, apesar de que, “cola de sapateiro”, pelo baixo custo e fácil acesso, é muito cheirada pela população de rua: adolescentes e até mesmo crianças, como se constata facilmente nos grandes centros urbanos.

“Drogas” como cogumelos psicotrópicos do gênero *Psilocybe* ou variedades de plantas do gênero *datura* (o perigoso “chá de trombeta”) são proporcionalmente muito pouco utilizados em nosso meio urbano, quer pela dificuldade de acesso ou pela falta de conhecimento para utilizá-las.

Mescalina, ácido lisérgico, heroína, haxixe e até mesmo o ecstasy, chamada de “a droga do momento”, são consumidos no Brasil relativamente em pequena escala. Algumas dessas substâncias, como a heroína e a mescalina, quase nem estão disponíveis no nosso mercado clandestino de drogas, e quando estão, é para um público muito restrito e a um custo altíssimo.

Outras “drogas” como remédios psiquiátricos, barbitúricos, sedativos, moderadores de apetite - e aqui poderíamos incluir também os esteróides anabolizantes - estão disponíveis nas “drogarias”, e têm, com frequência, seu uso original desvirtuado ao serem utilizados para fins outros que não os constantes na prescrição médica.

Atualmente intensa, a discussão sobre o consumo de drogas nas sociedades contemporâneas envolve a negociação entre grupos de interpretações diferenciadas sobre o assunto, muitas vezes conflitantes, mas que quase sempre acabam por concordar com a necessidade de se repensar a questão das drogas frente aos novos contornos que assume.

legalização de uso do referido chá, bem como um levantamento sobre a produção acadêmica nacional e internacional sobre o tema está em Paixão (1994).

Nas primeiras décadas do século XX, havia se iniciado uma crescente ação do Estado no “combate às drogas”, devidamente respaldado pelos pareceres técnicos da medicina enquanto ciência e autoridade máxima no que se refere à classificação de tais substâncias, exercendo dessa forma um controle sobre as formas que estas poderiam ser usadas pela população.

Esta proclamada “guerra contra as drogas” ao ser direcionada para consumo da cannabis, tem de um lado não só as pressões da legislação instituída e a mobilização reacionária dos “cruzados morais” (Becker, 1977), com amplo espaço nos meios de comunicação, como também a presença de interesses não declaráveis daqueles que se beneficiam com a situação vigente.

De outro lado, grupos mais ou menos organizados, que surgem em vários países a favor da legalização da maconha, tendo como base de suas reivindicações questões ideológicas, como por exemplo os direitos humanos, a liberdade de dispor como bem entender de seu organismo, e/ou pragmáticas, pois a relação custo benefício das políticas repressivas não justificam tais políticas, e o consumo de cannabis – ou outro tipo de droga – deveria ser encarado prioritariamente por seu aspecto clínico e seus condicionantes sociais, ao invés de ser compulsoriamente enquadrado como contravenção penal, o que só contribuiria mais para a estigmatização desse consumidor.

Enquanto o governo norte-americano, através de seus influentes departamentos antidrogas, continua tentando definir uma “política mundial de combate ao narcotráfico” danificando plantações bolivianas de coca e, aparentemente, nada fazendo a respeito da grande quantidade de cannabis plantada em seu território (Kopp, 1998:23), constata-se também que leis sobre a criminalização dos usuários de drogas em vários países estão sendo revistas, ao mesmo tempo em que, vale ressaltar, campanhas antitabagistas cada vez mais intensas movem ações contra empresas de cigarro e questionam a tolerância dos mecanismos de coerção social a uma “droga” nem tão “legal” assim.

Um aspecto importante a se considerar quanto à representatividade do narcotráfico na economia mundial, à instabilidade política que gera em países produtores do chamado

“terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos” (esta versão discursiva atualizada de “primitivos”) e, num nível mais próximo, a sua relação com a violência urbana nunca tão evidente como nos dias de hoje, é que todos estes são fenômenos sociais que estão intimamente associados ao consumo de drogas “no varejo”, individualmente ou em grupos, muitas vezes em despreziosas festas, nos finais de semana ou em outras ocasiões de lazer.

Para a compreensão e abordagem do aspecto realmente mais dramático deste fenômeno, que é o uso desregrado e abusivo de drogas, seria preciso que se incluísse em conjunto, “de forma articulada e crítica os conhecimentos trazidos pelo modelo médico, sociocultural e psicodinâmico” (Cruz, 1999:66). Dessa maneira, as “farmacodependências”, com destaque para o uso abusivo de “drogas ilícitas” e suas peculiaridades, devem ser vistas como:

“uma organização processual de um sintoma cuja gênese é tridimensional: a substância psicoativa com suas propriedades farmacológicas específicas; o indivíduo, com suas características de personalidade e sua singularidade biológica; e, finalmente, o contexto sócio-cultural onde se realiza este encontro entre indivíduo e droga”. (Silveira Filho, 1995:2)

Entretanto, não é o que se verifica, principalmente pelo modo que o tema é tratado no Brasil, em que “a perspectiva que se adquire da questão via o contexto sociocultural do usuário da droga tem perdido espaço para a visão farmacológica e epidemiológica, assim como a visão psicológica” (Zaluar, 1994:7).

No mesmo sentido se coloca a legislação atual, que propõe a utilização dos mecanismos de controle policial para solucionar o problema.

“Esta proposta, identificada como modelo jurídico-moral, desconhece os aspectos sociais e culturais do uso de drogas e define como legais substâncias como o álcool e o tabaco, apesar dos graves problemas médicos e sociais decorrentes do seu abuso” (Cruz, op.cit.:52).

Assim sendo, no presente trabalho pretendo tratar o tema considerando justamente essa dimensão do consumo de drogas que, como foi dito, é freqüentemente negligenciada. Ou seja, adotar uma abordagem que focalize a contextualização sociocultural de tal fenômeno, mais especificamente numa perspectiva “microsociológica” (Joseph, 2000) que assuma como objeto investigativo as interações simbólicas envolvidas, e com isso venha a contribuir, pela sua especificidade, para o enriquecimento desse campo de estudos.

Dentre as drogas cujo uso se constata mais evidente na sociedade brasileira e, em particular, para o grupo que será descrito nos capítulos III e IV, a cannabis requer uma atenção especial neste trabalho: primeiro por ser a droga tida como ilícita mais consumida no universo estudado (Paixão, 1994; Fontanvine, 1998; Kopp, 1998) e depois por estar no centro de uma discussão abrangente e polarizada sobre a legitimidade de ser classificada como substância proibida, na mesma categoria de outras drogas “mais pesadas” e sobre o direito de ser consumida livremente, sem que os adeptos de seu consumo sejam marginalizados, pois neste caso o rótulo de “maconheiro” adquire quase sempre uma conotação negativa - representação - se comparada à prática social - usos - a que está associada.

A Cannabis e o Ocidente

No que se refere à incorporação do hábito de se consumir, tanto a *cannabis sativa* como a *cannabis indica* (com maior concentração de THC -Tetrahydrocannabinol, alcalóide responsável pelos efeitos psicoativos da planta) na Europa, EUA e mais particularmente no

Brasil⁷, há um interessante processo de assimilação, sempre entrecortado por conflitos culturais e morais, interesses econômicos e políticos, que culminaram na proibição sumária de tal consumo para a quase totalidade dos países, em inícios do século XX.

Atualmente a legislação a este respeito vem sendo revista em diversas partes; na Europa vários países (Itália, Suíça, Espanha, Portugal, e Reino Unido, por exemplo) abrandaram suas penas ou formalizaram a tolerância ao consumo da cannabis, sendo que na Holanda, apesar de ainda ser proibida a venda e o porte de mais de cinco gramas de cannabis por pessoa, existem estabelecimentos (*Koffeshops*) que são autorizados a vender pequenas quantidades do produto (Burgierman, 2002). Anualmente acontece em Amsterdã um grande festival – *The Annual Hightimes Cannabis Cup* – em que participantes de todo o mundo vão apresentar suas próprias variedades cultivadas para julgamento numa espécie de campeonato e onde também pode se conhecer novas receitas culinárias e aprimoramentos tecnológicos para se fumar a “erva”. (Revista Trip, nº 86, fev/2001:28)

A *cannabis sativa* já era cultivada na Europa Ocidental principalmente como planta têxtil de significativo valor econômico desde o século VII antes de Cristo, quando povos celtas exportavam cordas e estopa de cânhamo para todo o mediterrâneo (Escohotado, 1994:6) e, ao que tudo indica, não era utilizada pelos seus efeitos psicotrópicos, provavelmente pela baixa concentração de THC das plantas cultivadas naquela região. Quanto à espécie *índica*, foi introduzida na França sob a forma de haxixe, trazido pelos soldados de Napoleão sobreviventes da Campanha do Egito (Malizia 1996:10).

Aquela droga oriental havia despertado o interesse de médicos, artistas e intelectuais do século XIX, que se drogavam para constatar pessoalmente o efeito

⁷ Na cultura de outros países como a Índia – uso milenar - Oriente Médio ou, mais próximo, a Jamaica, a cannabis ocupa papel religioso de destaque, tanto para o Hinduísmo como para o Sufismo e o Rastafarianismo, respectivamente. Ver: Schultes, 2000; Escohotado, 1994.

farmacológico e alucinógeno produzido pelo haxixe, consumido naquela época essencialmente sob a forma de uma decocção, composta de cânhamo indiano, manteiga e pequena quantidade de ópio, diluída em café preto e quentíssimo, de noite e em jejum (*idem:11*).

Nesse ambiente se formou entre os anos de 1845 a 1849, em Paris, o renomado *Club des Hashishens* (Escohotado, 1984, 81) onde se reuniam intelectuais, literatos e artistas ilustres da época como Alexandre Dumas, que descreveu, em ‘O Conde de Monte Cristo’, “luxuriantes festas defumadas a haxixe” (Burgierman, 2002:24). Lá também se reuniram Balzac, Baudelaire, Eugène Delacroix e o médico Moureau de Tours, este último, precursor da psiquiatria, que incentivava seus alunos a experimentarem eles próprios o haxixe (Bastos, 1999:26). Entre uma e outra “viagem”, ali surgiam e eram debatidas questões terapêuticas, filosóficas e morais associadas às experiências com a droga, que serviram posteriormente de inspiração para que Baudelaire escrevesse *Le poème du hashish* (1858) e *Les Paradis artificiels* (1860), onde trata destas questões de um ponto de vista literário (Malizia *op cit*:12).

Seria inútil listar aqui nomes de outros expoentes do Pensamento Ocidental que, como Nietzsche (Marton, 2001) e Descartes (Pages, 1996) por exemplo, em algum momento de suas vidas consumiram – ou poderiam ter consumido - cannabis e querer também inferir o quanto essa experiência influenciou na produção de suas obras.

É preciso destacar que a bibliografia aqui utilizada como referência ao situar algumas evidências do consumo da cannabis no Ocidente se compõe de obras de caráter bastante diferenciado. Mesmo se tratando, em sua maioria, de obras voltadas inicialmente para um público mais amplo (Burgierman, 2002 p. ex.), a maior parte da produção teórica que trata o tema parte de uma abordagem - quando não literária (Baudelaire, 1996 [1858]; Boop,

1984) - científica, seja ela sócio-antropológica (Barbosa,1997; Becker, 1963; Velho, 1998; Zaluar,1999), histórica (Escohotado, 1994; Pagés, 1996; Schultes,2000) médica (Matos, 1988; Silveira filho, 1995) ou econômica (Koop, 1998). Existe também um outro conjunto de trabalhos produzidos por autores declaradamente engajados na causa da descriminação da maconha (Bastos, 1999; Gabeira,2000) que, apesar de representarem fontes fidedignas, devem, sem dúvida, ser considerados levando-se em conta sua orientação.

Embora seja muito complicado assim classificar categoricamente essas obras, e certamente nas Ciências, sobremaneira nas Ciências Sociais, seria ingenuidade pensar que exista uma ‘imparcialidade’ absoluta ao se tratar qualquer tema, em função dessa ressalva tive a preocupação de exercitar uma leitura crítica ao avaliar diferencialmente essas fontes, em função da sua proposta, mais ou menos explícita, de inserção no tema.

Existem ainda outras fontes que tratam do assunto que, embora constem na bibliografia, não foram diretamente utilizadas, por serem, a meu ver, muito específicas, tendenciosas ou limitadas, quer seja por tratarem o tema tendo como referência uma abordagem exclusivamente clínico-laboratorial (Bontempo, 1980), por terem a intensão explícita de defender a legalização da maconha (Lonza, 1998), ou pelos métodos de obtenção dos dados componentes da pesquisa (Fontanive, 1998) respectivamente.

O que não se pode deixar de notar entretanto é que o uso de drogas psicoativas aparece freqüentemente relacionado ao objetivo de se “expandir a percepção do mundo”, “ampliar as fronteiras da mente”, característica inerente aos movimentos de “vanguarda”⁸, que propõem rupturas e superações frente ao modelo vigente.

⁸ Posicionamento observado também por Velho, 1998 na descrição dos valores de um dos grupos por ele estudado, representado pelos “nobres”.

Recorrentes ao longo da História irão assumir proporção epidêmica com o movimento *hippie* nos anos 60, no momento em que se iniciou o processo de “popularização” do uso da maconha.

“Houve [neste momento] significativa transição nos hábitos de utilização de entorpecentes, na medida em que, por intermédio do que se constituiu como o movimento da contracultura, um novo ethos surgiu entre os jovens principalmente, no qual as drogas passaram a ocupar posição estratégica de subversão da cultura dominante” (Salem, 1991 apud Sabino, 2002:152)

A partir daí, o que em algum momento foi tido como uma prática de certa forma esotérica ou então marginal, restrita a grupos limitados, passou a se apresentar cada vez mais “dessacralizada” e difundida, acabando por fazer da cannabis mais um produto da sociedade de consumo, que no entanto apresenta características peculiares pelo estigma de se constituir uma espécie de consumo ilegal.

Por outro ponto de vista, quando a cannabis é “enquadrada”⁹ como “droga” – sem nos esquecermos dos interesses políticos, econômicos e ideológicos envolvidos nesse processo de “enquadramento” -, criminalizada e associada a uma “postura dionísia individualista” dos *junkies* e de uma “solidão drogada” (Sabino, 2002:156) seu consumo se torna, nesses termos, um “problema” moderno.

Um exemplo interessante de manutenção dessa perspectiva de análise e que consta na bibliografia consultada é o livro de Daley Fontanive (1998) ao abordar, de forma naturalizada, o consumo da cannabis sobre este aspecto. Apesar da proximidade com o tema central desse trabalho - o consumo de drogas entre universitários – em muito se distancia em métodos de abordagem e estratégias de avaliação. Partindo de um pressuposto “problema das drogas”, o livro apresenta um levantamento quantitativo, feito por meio de questionários direcionados que acaba por levar-nos, ao meu ver, a dados insuficientes e conclusões limitadas quanto a um tema tão complexo.

Por exemplo, os questionários apresentam algumas perguntas do tipo: “você começou a fumar maconha por desejo de fugir da depressão ou tristeza?” ou então: “você começou a

⁹ Vale notar a intrínseca relação entre o sentido jurídico de se “enquadrar” determinado delito, indivíduo ou substância em um artigo penal e o modo pelo qual Foucault abordou a ‘constituição de quadros’ como “um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII” (2002: 127), compovando, mais uma vez, a relação entre técnica de poder e processo de saber.

fumar maconha em decorrência de problemas que existiam na sua família?” Tais perguntas pressupõem uma relação direta de causa efeito que certamente não é tão evidente assim para os consumidores de drogas. Outro exemplo de como o autor trata a questão do consumo de drogas na universidade sob uma ótica distinta da aqui proposta são algumas das conclusões a que chega no término de seu livro, exortando uma ação conjunta de todos os setores da Universidade visando buscar “soluções” para esta situação “anormal” e “inaceitável” cuja dimensão quantitativa ele se propôs a determinar.

O “problema das drogas”

Remi Lenoir (1996) observa que, desde Durkheim e seus estudos sobre o suicídio em 1897 ou sua preocupação em distinguir numa sociedade o normal e o patológico em “As Regras do Método Sociológico”, de 1895, um grande número de pesquisas se interessa pelos “problemas sociais”, nas palavras do autor: pelo “que é constituído em determinado momento como uma ‘crise’ do sistema social, quer se trate de delinqüência, droga, situação das ‘pessoas idosas’, ‘imigração’, ‘desemprego’, beneficiários da renda mínima’, etc.” (Renoir:1996:60). Mais à frente continua a analisar o tema considerando que “o que é constituído como “problemas sociais” varia segundo as épocas e as regiões e pode desaparecer como tal, precisamente no momento em que subsistem os fenômenos designados por eles.”(Renoir, 1996:63)

Pois bem, se hoje o “problema das drogas” é colocado como uma característica própria da nossa sociedade, as drogas nem sempre se constituem um “problema” para os indivíduos que as consomem. Além disso, algumas características condenáveis no comportamento de quem consome álcool habitualmente são as mesmas que justificam a proibição das drogas ilícitas e, apesar disso, quase ninguém condenaria um jantar em família em que se beba um bom vinho (desde que “moderadamente”), um uísque durante uma reunião de negócios ou o chope do final de semana com os amigos. Muitas pesquisas médicas inclusive recomendam a ingestão de pequenas doses de álcool para a prevenção de doenças do coração, derrames, trombose e demência. (Revista Veja, 15/01/2003:51).

Mas, enquanto o “problema das drogas” é uma noção que pode ser relativizada em função da posição que ocupam os diferentes observadores e atores sociais envolvidos na cena (de um lado policiais, legisladores e juristas, e de outro “usuários” ou “consumidores”, passando por categorias mais depreciativas como “dependentes” ou “viciados”) assim como a própria noção do que vem a ser “droga”, a repressão às drogas é indiscutivelmente um “problema social” na maior parte do mundo¹⁰: a política repressiva norte-americana, insistentemente questionada em sua eficácia, acaba por se impor como modelo para outros países, numa relação político-econômica ambígua, pois envolve também um rentável e poderoso comércio representado pelo tráfico internacional de drogas.

Tanto a classificação de determinada substância de uso mais ou menos difundido na sociedade como “droga”, como a criação de regras e proibições determinando os tipos de uso permitidos ou ao menos tolerados, passando pelas sanções impostas aos que assumem um comportamento desviante em relação a estas regras e ainda as acusações e a inevitável “estigmatização” face ao fato de tornar este desvio público, tudo isto é, em última análise, extremamente relativo, variando conforme a sociedade em questão e mesmo quanto ao grupo tomado por referência.

A elaboração e aplicação destas regras estão ainda “associadas a um componente político indiscutível que precisa ser considerado” (Becker, 1977), afinal “o que é definido como desviante frequentemente acaba por ser formalizado numa lei. É óbvio, portanto, que você está estudando política quando estuda desvio. É uma questão política o fato de aquilo que você está fazendo ser ‘certo’ ou ‘errado’.” (*ibid.* :26)

No Brasil algumas recentes tentativas de se avançar na legislação referente ao comércio e consumo de drogas¹¹ esbarram em compromissos acertados por acordos internacionais que limitam a autonomia do país ao se definir qual seria a política mais acertada para nossa realidade. Além dessa limitação existe também a já habitual incoerência entre as regras jurídicas e nossas práticas da vida diária (Da Matta, 2001:97).

O fato é que cada sociedade - ou segmento da sociedade - imprime, através de mecanismos de controle próprios, regras de conduta referentes ao uso de tais substâncias. A

¹⁰ No jornal Estado de Minas de 23 de novembro de 2002:21, a reportagem anuncia que traficantes de menor periculosidade são postos na rua novamente devido a superlotação na carceragem da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes da Gameleira, onde celas com capacidade para 28 detentos abrigam 199, situação certamente não muito diferente da maioria das grandes cidades brasileiras ou de outros países. Nos EUA um quarto dos dois milhões de pessoas que compõem a população carcerária daquele país, uma das maiores do mundo, está cumprindo pena por causa de drogas, a maioria por crimes relacionados à maconha. (Burgierman, 2002:87)

¹¹ Cf. Fiore, 2000

criminalização de uma “droga” deve ser vista como um processo histórico e socialmente construído, tendo como agentes determinados grupos ou segmentos sociais, que ocupam um papel hegemônico na estrutura social e, conseqüentemente, na elaboração e aplicação das regras para aquela sociedade.

Desta forma a definição do consumo de drogas como um “problema social” é também de interesse dos poderes públicos pois “a essa definição estão associadas ‘soluções’ que o Estado poderá aplicar através de medidas apropriadas; ou tal situação é suscetível de ser apreendida e avaliada com uma aparente exatidão, dando a impressão de que os poderes públicos têm condições de controlá-la.” (Lenoir, 1996:103)

2) A criminalização da maconha no Brasil

Diamba

Negro velho fuma diamba

para amassar a memória

O que é bom fica longe...

Os olhos vão-se embora para longe

O ouvido de repente parou

Com mais uma pitada

O chão perdeu o fundo

Negro escorregou

Raul Bopp, “Cobra Norato e Outros Poemas”

Como foi visto, o estabelecimento de regras é um fator fundamental na estruturação de qualquer grupo social, e no que se refere ao uso de drogas das mais diversas formas possíveis e às representações que lhes são atribuídas, se estabelecem regras na forma de prescrições e restrições geralmente bem peculiares.

As sociedades modernas são “organizações altamente diferenciadas ao longo de linhas de classes sociais, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais” (Becker, 1977:65). Vale salientar que neste contexto as regras, criadas por grupos sociais específicos a partir de interesses e “visões de mundo”, também específicos destes grupos, nem sempre são aceitas em consenso, gerando inevitáveis conflitos, nos quais se fazem atuantes os instrumentos coercitivos dos grupos hegemônicos.

É uma simplificação comum procurar explicar a discriminação e criminalização da cannabis, nos diversos países em que isso acontece, como uma ação unilateral da política norte-americana de repressão às drogas – “war on drugs”. Antes dos EUA assumirem o comando de uma “cruzada moral” de dimensões globais contra a maconha iniciada nas primeiras décadas do século XX¹², cada parte do mundo em que se sentiram seus efeitos já tinha sua representação própria referente ao significado da “cultura da cannabis” naqueles territórios.

Na China, Índia e Oriente Médio, por exemplo, o hábito de se consumir cannabis já existia há milhares de anos, ao contrário do que acontecia na Europa e nas Américas antes

¹² Para uma visualização do processo de criminalização da maconha nos EUA ver, p. ex. :Becker, *op. cit.*: 97-107 e Escohotado, *op. cit.* : 85 – 95.

do século XVI, onde outras eram as drogas usadas para se atingir “estados alterados de consciência” e se “conversar com os Deuses” (Schultes,2000).

No que se refere ao consumo de canabis no Brasil, os primeiros estudos científicos do país sobre o tema “associavam a maconha ao uso que os negros faziam dela” (Gabeira, 2000:32); Raul Bopp faz alusão ao hábito dos pretos velhos de fumar “diamba” e “viajar”, rememorando a África (Bopp, 1984:129).

Segundo me informou o professor Henrique Cunha¹³, não se tem notícia do uso da maconha em quilombos, nem se tem registro de tal uso nas rebeliões escravas do século XIX. Enquanto o “vinho de palma” está no Brasil associado a rituais litúrgicos, tanto no candomblé como na Umbanda, a canabis não apresenta uma importância significativa nestas religiões afrobrasileiras. Se houve foi em pequena escala e não teve tanta representatividade como por exemplo na Jamaica, onde a “Ganja” (denominação da canabis utilizada pelos jamaicanos) assume um papel crucial na cultura Rastafari. Para Cunha, a associação e talvez um consumo mais generalizado da canabis entre a população negra no Brasil se deu em período mais recente.

Porém, Henman (1999:59) já nos apresenta uma outra versão; segundo o autor, e tendo como referência os trabalhos de Edison Carneiro e Harry Hutchinson, respectivamente sobre o Quilombo de Palmares e sobre usos da *marijuana* no Brasil, “a maconha foi introduzida nessa parte da América por escravos de origem angolana” (como bem sugere a designação alagoana para a erva: *fumo de angola*), e “o uso da erva se difundiu no período colonial brasileiro no contexto dos quilombos nordestinos.”

¹³ Em comunicação pessoal no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, na Ufscar, S.P. em agosto de 2002

Arthur Ramos [1940], citando os estudos de Manuel Querino e Rodrigues Dória, também nos dá notícias da utilização da planta nos banhos e bebidas rituais que compõem a iniciação nos cultos litúrgicos jejê-nagô no Brasil (2001:60)¹⁴ Nos candomblés a maconha, também chamada de *liamba*, *diamba*, *riamba* ou *pango*,

“é empregada para produzir alucinações e excitar os movimentos nas danças selvagens dessas reuniões barulhentas. Em Pernambuco a erva é fumada nos *catimbós* – lugares onde se fazem feitiços, e são freqüentados pelos que ali vão procurar a sorte e a felicidade. Em Alagoas, nos sambas e batuques, que são danças aprendidas dos pretos africanos, usam a planta, e também entre os que *porfiam na colcheia*, o que entre o povo rústico consiste em diálogo rimado cantado em que cada réplica, quase sempre em quadras, começa pela deixa ou pelas últimas palavras do contendor”. (Dória *apud* Ramos, 2001: 159)

Independentemente de se precisar como se iniciou a cultura da cannabis no Brasil, o que interessa é que historicamente sempre existiu – e ainda existe - aqui uma evidente desproporcionalidade na correlação de forças entre grupos étnicos de hábitos e sistemas de pensamento distintos, e posições hierárquicas assimétricas na sociedade.

Numa demonstração do que sugere Becker quando trata dos mecanismos sociais envolvidos na elaboração de regras e questiona: “Regras de quem?” o exemplo brasileiro é contundente na medida em que

“Aqueles grupos cuja posição social lhes confere armas e poder são mais capazes para impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnia e classe estão todas relacionadas a diferenças de poder, que explicam diferenças no grau em que os grupos assim diferenciados podem fazer suas regras para os outros.” (op. cit.:67)

¹⁴ Neste livro consta uma interessante seqüência de fotos (figura 23) tiradas pelo autor em Alagoas, na década de 1930, que retratam “quatro fases do negro azeitão fumando maconha”

Assim, como nos EUA à época da proscrição judicial da maconha, eram veiculadas informações tendenciosas referentes aos efeitos produzidos por seu consumo¹⁵, tido como um hábito próprio dos “*xicanos*” - designação depreciativa e preconceituosa dada aos imigrantes latinos naquele país, oriundos em maior número do México - também no Brasil as notícias veiculadas não se pautavam em critérios muito precisos ao descrever estes mesmos efeitos.

Associando seu consumo unicamente a classes marginalizadas da população, O Estado de S. Paulo na década de 60, em Caderno Especial sobre as favelas cariocas, apresenta alguns interessantes relatos sobre o hábito de se fumar a tal “erva” entre os “malandros” favelados, que abaixo transcrevo como uma curiosa ilustração de como foram se construindo as representações sobre o consumo da cannabis no Brasil:

“Entre as atividades preferidas do malandro está o fumo de maconha. Nas favelas, a maconha não é mais um vício, é um hábito tolerado.(...) O abuso da erva pode produzir paroxismos, estados próximos à loucura, em que é preciso muita força para dominar o fumante. (...) Os vendedores procuram aumentar a freguesia iniciando crianças e adolescentes. Oferecem cigarros de graça. O cigarro tem o aspecto igual aos comuns e é colocado num maço ou carteira junto com outros. (...) Encontramos, também, a crendice, cuja veracidade não pudemos apurar, de que o fumo da maconha é introduzido, á noite, pelos malandros através das gretas dos barracos para entorpecer os moradores e facilitar roubos, estupros, e toda sorte de violências.”
(SAGAMACS Aspectos Humanos da Favela Carioca – O Estado de S. Paulo, 13/04/60- Suplemento Especial:22)

¹⁵“Uma família inteira foi assassinada por um jovem viciado (em maconha) na Flórida. Quando os funcionários chegaram na casa, encontraram o jovem, cambaleando num matadouro humano. Com um machado ele havia morto (*sic*) seu pai, sua mãe, dois irmãos e uma irmã. Parecia estar entorpecido... Não se lembrava de haver cometido o crime múltiplo. Os funcionários o conheciam como um jovem bastante quieto e equilibrado; agora ele estava enlouquecido e dava pena. Buscaram a razão. O rapaz disse que havia adquirido o hábito de fumar algo que seus amigos chamavam de ‘muggles’, um nome infantil para a maconha” Becker, *op.cit.*:102.

Na década de 1930 a imprensa carioca já noticiava que a cidade - mais precisamente o morro da Favela e os bairros da Saúde e Gamboa - estava “infestada pela maconha”, tratada nas reportagens da época como “veneno verde” e “erva infernal” (Diário de Notícias, 11/8/1935; Diário Carioca, 15/3/1936; Diário da Noite, 16/10/1936 *in* Ramos, 2001:161-164).

Ao lermos também a saga de Antônio Conselheiro pela narrativa de Euclides da Cunha (1952), que nos leva ao fascinante duelo travado n’Os Sertões visando à conquista e ocupação do povoado de Canudos – onde, curiosamente, existia um “Morro da Favela”, topônimo relacionado ao mito de origem e à denominação de “favelas” a esse tipo de aglomeração urbana carioca (Abreu, 1994) - tomamos conhecimento, pelo testemunho de um sacerdote que por lá passou em 1876, de que o famoso povoado, ponto central de todos os acontecimentos, recebeu aquele nome porque

“lá se aglomerava, agregada à fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, ‘armada até os dentes’ e ‘cuja ocupação, quase que exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão’.” (Cunha, *op. cit.*:160)

Pode parecer uma especulação leviana e precipitada querer supor que o que se fumava naqueles cachimbos seria maconha, pois, apesar da rica descrição botânica feita pelo autor sobre a flora da região, não há uma única referência à existência desta erva em todo o livro mas, por mais improvável que possa parecer, essa suposição não é, absolutamente, de todo impossível.

Basta observar que o povoado de Canudos ficava pouco distante da cidade de Cabrobró, às margens do Rio São Francisco, na região que, segundo Anthony Henman (1999:60), fornecia boa parte da maconha encontrada no Rio de Janeiro no início do século XIX, e próximo de onde hoje se situa o chamado “Polígono da Maconha”, região do Nordeste brasileiro, principal produtora da erva no país.

Não é, de maneira alguma, meu objetivo aqui simplesmente sugerir que em Canudos, já naquele tempo, havia algum tipo de consumo de cannabis, o que poderia vir a ser interpretado como uma argumentação em prol de uma suposta utilização mais ampla e difundida da cannabis que se apregoa, tal qual, por exemplo, grupos de homossexuais e simpatizantes costumam fazer ao sugerir que um ou outro renomado personagem histórico era homossexual.

A idéia, ao destacar esta passagem daquele que é considerado um dos livros mais importantes da literatura brasileira, é que realmente pode ter havido uma utilização da maconha no Brasil sem contudo haver disso nenhum registro histórico, por ser um hábito então restrito a uma parcela da população brasileira que não ‘aparecia’ nos livros (aliás, que também não lia) e que foi magistralmente retratada por Euclídes da Cunha, o que lhe conferiu inclusive parte do mérito da obra, ao apresentar aos literatos um retrato do Brasil “profundo e autêntico”. Nesse período o consumo da cannabis ainda não se caracterizava com um “problema social”.

De fato, ainda hoje, muito da maconha cultivada no país é plantada nesses “sertões” desolados, às vezes em reservas indígenas, o que obviamente representa, para os agricultores, uma cultura que gera, comparativamente, muito lucro; como também em alguns casos, a maconha plantada é fumada como parte de um costume ancestral e pouco registrado.

Anthony Henman (1999) nos apresenta em seu “estudo do uso da maconha entre os índios Tenehara do Maranhão” como, na década de 70, as campanhas repressivas da Polícia Federal na região tratavam brutalmente aqueles índios que, como os mura do baixo e do alto Madeira e os saterê-mawé do Amazonas - porém com mais ‘entusiasmo’, segundo o autor - faziam uso do *petem-ahê* (fumo bravo) já há mais de um século e meio. Estas campanhas estariam indiscutivelmente atreladas aos interesses de grilheiros sobre suas terras.

Em consequência desse tipo de repressão sofrida pelos índios e da posição tímida da FUNAI quanto à legitimidade desse tipo de ação da Polícia Federal em território indígena, nos conta Henman que “algumas reservas teneteharas – a do Bacurizinho, por exemplo -, se tornaram quase herméticas a esse respeito, e provavelmente cerca de 25% dos homens adultos ainda plantam maconha e a usam regularmente”, pois, entre outras propriedades, acreditam que a planta tem efeito estimulante, “te dá ânimo de trabalhar” (Henman,1999:63).¹⁶

Assim como os teneteharas, outros lavradores maranhenses fumam habitualmente a canabis (“ao final da tarde como os ingleses tomam seu chá”. Gabeira, 2000:44). Relatos datados do início do século XX nos contam que os repentistas alagoanos – tal qual os *jazzistas de Chicago* à época de Becker - também a fumavam muito pois diziam “que a maconha os torna mais espertos e a inteligência mais pronta e fecunda para encontrar as idéias e achar a consonância” (Dória, [1915] apud Gabeira, 2000:67).

¹⁶ Atualmente, com a crescente violência associada ao tráfico de drogas, áreas indígenas situadas em Cabrobró – *truká*, *atikum* e *pankararú* – sofrem os efeitos dessa atividade criminoso. Como informa o Jornal A Folha de São Paulo, de 6/4/2003, índios da etnia *truká* estão sendo armados por narcotraficantes, que se infiltram naquelas áreas indígenas de difícil acesso, e estabelecem conexões com o crime organizado.

Para terminar a listagem de ocorrências pouco conhecidas de uso da cannabis no Brasil, bem diferente daquele comumente associado aos “consumidores urbanos”, que será à frente abordado, há ainda a referência a uma colônia agrícola no Rio Grande do Sul que, em 1788, se dedicava à produção de cânhamo (variedade de cannabis com baixíssimo teor de THC, própria para a produção de fibras) e ainda hoje, na selva amazônica, notícias de que a planta é utilizada em rituais religiosos, com o nome de Santa-Maria (Gabeira, 2000:10 e 44).

Mais uma vez há de se considerar a orientação político-metodológica das fontes a que recorri ao fazer esse levantamento. Apesar de certamente se sustentar em dados concretos, o livro citado acima é de autoria de alguém reconhecidamente enganado na campanha pela discriminação da maconha. Fernando Gabeira, um dos fundadores do Partido Verde brasileiro, se posiciona abertamente a favor da legalização do plantio da cannabis no Brasil, como um impotartíssimo recurso natural para a produção de fibras têxteis, bem como pela revisão da legislação referente ao consumo da cannabis para fins recreativos.

A título de comparação e contraste, o trabalho de Henmam apresenta um interessante levantamento bibliográfico da produção intelectual brasileira sobre o uso tradicional da maconha e o reacionarismo que, na maioria dos casos, a orienta (Henmam 1999: 58).

Ainda segundo o autor, a primeira referência documental do uso da cannabis no Brasil nos informa sobre o chá de ‘diamba do amazonas’ que a rainha Carlota Joaquina utilizava com frequência, preparado por seu escravo Felisbino (Henman, 1999:60)

Esse mesmo autor nos informa que a primeira lei proibindo a venda e a importação da erva, bem como “o uso do *pito do pango* [espécie de cachimbo] e sua

presença em estabelecimentos públicos” (Dória, 1915 *apud* Henman, 1999.:60) se deu em 1830 quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro se viu obrigada a reprimir um hábito pelo visto, mais comum entre os negros.

Mas, ao abordar a criminalização da maconha no país, tratar da legislação brasileira referente á produção, comercialização e consumo de Tóxicos e Entorpecentes dispenderia um capítulo à parte e fugiria da proposta deste trabalho. Outros autores (Fiore,2002; Sá, 1994 p. ex.) já se propuseram a abordar o assunto por essa outra perspectiva.

O que interessa aqui é tentar perceber algumas conseqüências destas leis na construção de representações sobre o ‘usuário’ de drogas e mesmo na atitude dos próprios ‘usuários’ em face ao sistema normativo que o discrimina. Que fique claro ainda que, na perspectiva aqui adotada, “este comportamento será mais uma conseqüência da reação pública ao desvio do que uma conseqüência das qualidades inerentes ao ato desviante.” (Becker, 1977:81)

Um dado interessante sobre o consumo da cannabis é que, enquanto o hábito de consumir outras drogas é quase sempre reconhecido como prejudicial, inclusive pelos próprios usuários, a maconha, principalmente após o movimento da ‘contracultura’ nos anos sessenta e nas duas últimas décadas do século passado, tem conquistado simpatizantes em várias partes do mundo que hoje se envolvem em negociações, de forma cada vez mais organizada, reivindicando a descriminalização e, por vezes, a total legalização, do uso e do plantio, desse controvertido vegetal.

Esses grupos de pessoas representam um tipo de “violadores de regras” que acreditam ser julgados injustamente e “desenvolvem ideologias completamente acabadas que explicam porque eles estão certos e porque aqueles que os desaprovam e os punem estão errados.” (Becker, 1977:55)

Talvez por características bem específicas da história de repressão vivida pelo país, no Brasil ainda exista muita dificuldade em se assumir uma postura pública por parte dos usuários em defesa da descriminalização ou, me reportando a uma observação de Roberto da Da Matta (1997: 183), esta tendência a se “evitar conflitos” seja mesmo uma característica da sociedade brasileira.

Uma maneira bem particular de expressar essa relação entre o que é dito e o que é feito - ou seja, o que oficialmente é proibido mas “por costume” se pratica - e que pode dar algumas pistas para se pensar uma forma “brasileira” de lidar com esta questão seria por exemplo a linguagem “malandra” dos pagodes, que se manifesta exemplarmente nas letras de clássicos de Bezerra da Silva como: “meu vizinho jogou uma semente no meu quintal”. Ou então: “vou apertar mas não vou acender agora”¹⁷.

¹⁷ Outro exemplo interessante foi a declaração do ex-presidente norteamericano Bill Clinton que afirmou já ter fumado maconha, mas sem tragar [!] (Época, 19/12/2001:94), numa prova de que a “malandragem”, na concepção de Roberto da Da Matta (1997), não é uma característica exclusiva dos brasileiros.

Capítulo II

Pressupostos teórico-metodológicos:

chaves para uma interpretação sociológica sobre o consumo da cannabis

Não obstante o proposto nesse trabalho ser a abordagem dos usos e representações atuais sobre o consumo da cannabis, tendo como referencial teórico o “interacionismo simbólico” em alguns de seus desdobramentos - mais especificamente tomando dois autores e algumas de suas obras (Becker, 1963, 1977 e Goffman, 1988, 1989) - aqui o termo “representações” não é uma referência à obra de Goffman (1989) e sua “dramaturgia social”, que servirá de elemento para a análise teórica de alguns aspectos do consumo da cannabis tratados no terceiro tópico deste capítulo.

Representações Sociais sobre a cannabis e seu consumo

A referência aqui à “representações sociais” – ou “coletivas” - tem o sentido aproximado daquele proposto inicialmente por Durkheim (1978:79), para quem “as Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam”. Surgindo originalmente ligadas aos fatos sociais, transformam-se, elas próprias, em “fatos sociais” passíveis de observação e de interpretação (Minayo, 1998:90).

Muito se tem escrito atualmente sobre o significado e abrangência da noção compreendida pelo termo “representações sociais”. “Situada na interface do psicológico e

do social esta noção interessa a todas as ciências sociais” (Jodelet, 2001:25) e será aqui utilizada considerando a dimensão dada por Denise Jodelet, para quem

“geralmente reconhece-se que as representações sociais - enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações e as dimensões sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades, pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais.” (op. cit.:22).

Nesses termos, é interessante notar que o termo “droga”, enquanto uma “representação social” recente, assume a conotação de “veneno”, algo essencialmente negativo, uma coisa sem valor, de baixa categoria, “uma droga”¹⁸. Mas droga também é sinônimo de “remédio”. Basta perceber que as pessoas que recorrem ao consumo destas referidas “drogas”, insistentemente estimuladas (caso das propagandas de bebidas e, até bem pouco tempo, de cigarros) ou combatidas (caso das “outras” drogas) pelas campanhas televisivas, buscam também um remédio para determinados tipos de males.

Como bem há muito tempo já chamava a atenção Erasmo de Rotterdam,

“todas as coisas humanas têm dois aspectos, à maneira dos Silenos de Alcíblades que tinham duas caras completamente opostas. Por isso é que, muitas vezes, o que à primeira vista parece ser a morte, na realidade,

¹⁸ Vargas, em sua Genealogia das Drogas, chama a atenção para a contemporaneidade do conceito e para como, “de um modo geral, o vocábulo ‘droga’ designa ora *substâncias materiais*, ora *juízos de valor*, quando não os designa simultaneamente.” 2002.:3.

observado com atenção, é a vida. E assim, muitas vezes, o que parece ser a vida é a morte (...). (Rotterdam, [1508] 2001:40)

Quando se toma “uma” para aliviar a dor, seja dor de dente ou “dor de cotovelo”, ou quando se fuma um cigarro para acalmar ou fazer a digestão, mesmo que estes efeitos prognosticados sejam questionáveis, se recorre de certa forma a um tipo de “automedicação” respaldada pelo costume e pela relação dessas substâncias com determinadas pessoas e situações do dia a dia.

Desta forma, a maconha, que já constava em antigos tratados farmacopédicos chineses¹⁹, foi utilizada no Brasil pela medicina fitoterápica popular brasileira e hoje é fumada, para se alienar, para se fugir da rotina, como “desestressante”, para “ampliar a consciência” ou despertar a sensibilidade, como afrodisíaco, para “abrir o apetite” ou “fazer a digestão”, para se “enturmar”²⁰.

Esta perspectiva do uso “terapêutico” dessas “drogas” - aqui entendidas na sua mais depreciativa acepção - como também a “função social” – se é que podemos chamar assim - do consumo de drogas enquanto elemento agregador, fenômeno de socialização e, por que não, opção de lazer e uma forma de recreação acessível, principalmente entre jovens dos centros urbanos, não é nem de longe tratada nas campanhas antidrogas .

Quanto à questão referida no título do trabalho, durante a pesquisa de campo, que será tratada convenientemente no capítulo três, não houve uma pergunta específica sobre a maconha poder ser ou não a “porta de entrada” para o consumo de outras drogas ou, numa previsão mais funesta, fatalmente para o “mundo do crime”, embora esta noção tenha aparecido espontaneamente em algumas respostas.

¹⁹ “El cañamo tomado em exceso hace ver monstruos, pero si se usa largo tiempo puede comunicar con los espíritus y aligerar el cuerpo”: Tratado Chinês de Medicina do séc. I. Cf. Escotado, 1994..

²⁰ Estes foram alguns dos motivos listados pelos entrevistados para se fumar maconha. Ver capítulo III

A meu ver a noção de “porta de entrada”, usada comumente nos discursos “anti-drogas”, tem sentido para quem a ela recorre quando entendida como metáfora da “passagem”, de uma condição ordinária (= ordem), normal (norma na concepção estatística do termo), e “legal” (dentro da lei) para uma condição “subversiva”, “marginal”, “delinquente” e “alterada”.

A representação desta “passagem” é que pode levar até a um “caminho sem volta”: a partir do uso da cannabis vai-se progressivamente a outras drogas “mais fortes” até se tornar um “viciado”, podendo mesmo se transformar num completo marginal – *outsider* – e roubar, traficar, se prostituir e até matar, como consequência direta do vício.

Um exemplo dramático desse modelo de “trajetória desviante” (Becker, 1977) é a biografia de Christiane Felscherinow, escrita por Kai Hermann (1987) e Horst Rieck, dois jornalistas alemães que se comoveram com a história da garota de “treze anos, drogada, prostituída”, que ficou bastante conhecida no Brasil como “Christiane F”. O livro resultante dessa biografia narra o progressivo envolvimento da protagonista no “mundo das drogas”, terminando, após a passagem por uma clínica de desintoxicação para se curar da dependência de heroína, num vilarejo da Alemanha - longe de Berlim, Frankfurt e das “drogas pesadas” - apenas tomando vinho e fumando maconha.

A definição de “drogas leves” é o primeiro argumento para a incursão no campo da pesquisa propriamente dita. Esta classificação tem sido comumente usada tanto por ‘proibicionistas’ como por ‘legalistas’, sem um questionamento sobre os critérios, um tanto relativos, envolvidos nessa classificação. Nesse quadro, a cannabis se insere como a representação de uma “droga leve” por excelência, cujo principal perigo seria sua condição de primeiro passo em direção ao desvio, a “porta de entrada para o mundo das drogas”, determinação obviamente bastante questionável e questionada (Kopp, 1998:39).

Quanto à diferenciação, pautada principalmente em critérios químico-laboratoriais, entre drogas “leves” e “pesadas”, associada ao risco de overdose, vale trancrever aqui a constatação irônica coletada por Gabeira de que “a dose letal de canábis (*sic*) é um pacote de cinco quilos caindo na sua cabeça do vigésimo andar” (Gabeira, 2000:70).

Ainda outra questão freqüentemente debatida: “a maconha vicia?”

Segundo alguns especialistas até o ato de assistir televisão pode ser considerado um vício, pois “um percentual razoável de telespectadores preenche a maioria dos critérios de dependência química presentes no manual DSM IV²¹, usado para categorizar transtornos mentais e a própria dependência química” (Vieira, 2002). Também o “vício por internet” começou a ser objeto de estudos no meio da década de 90, existindo sites especializados em *net addiction*, pelos quais se tem acesso a uma lista de “sintomas”, testes para saber se está viciado, números e dados sobre este tipo de vício e maneiras diferentes pelas quais homens e mulheres ficam viciados (Folha, 30/10/02: F6).

Um conceito chave a se ter em mente ao investigar em campo a permissividade quanto ao uso de determinada “droga” - como também as situações (locais e momentos) em que esse uso é tolerado - é o de “limite”: qual, ou melhor, quais os limites para situar o uso de algumas drogas como uma prática lúdica e prazerosa que, caso transpostos, tornam a mesma prática em algo condenável, associado ao vício e à dependência?

Ao que parece, seria justamente a observância e o respeito a esse “limite” relativo o que caracterizaria um comportamento desviante tolerável frente às regras socialmente postas – e impostas – para o consumo de drogas em contraste com um comportamento categoricamente inadmissível, que estaria associado à imagem condenável de um “viciado”.

Certamente que este limite é flexível, variando seus contornos em função de um determinado grupo que o define enquanto tal, além da postura assumida pelo próprio indivíduo que consome a droga e sua inserção na sociedade através de uma dita “vida normal” (com trabalho, estudo, vida familiar estável), apesar do hábito condenável.

No caso específico da cannabis e numa comparação recorrente com a cocaína, a outra droga ilegal mais consumida e conseqüentemente não sujeita a um “controle” médico, podemos detectar diferenças quanto às noções de “vício” associadas a cada uma.

A cocaína é, na prática, um vício mais restrito, difícil de se manter pelo alto custo e efeitos colaterais indesejáveis (o que se intensifica pela dificuldade de controle da qualidade do produto). Pode-se constatar, tanto através do trabalho de outros autores (Velho, 1998, Matos, 1988 p. ex.) como pelas respostas na entrevista de algumas pessoas que já incursionaram por esse tipo de consumo, que a relação do usuário regular de cocaína com a droga é quase sempre negativa.

Quando a droga em questão é a cannabis, as evidências quase sempre divergem das do exemplo anterior: para os usuários regulares é possível se manter com ela uma “boa relação” por anos, desde que bem administrada a “dosagem”, o que frequentemente não é o

²¹ DSM IV: sigla em inglês que designa a 4ª edição do Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Psiquiátrica Americana.

caso dos tabagistas, que quase sempre demonstram vontade de parar ou diminuir a quantidade de cigarros fumados.

Como me disse um informante, meio jocosamente: “É certo que a maconha não vicia, veja meu caso, fumo há mais de 10 anos, quase todo dia, e ainda não viciei”.[!]

Parece que a questão a ser colocada não seria nem se a maconha vicia ou não vicia, mas sim procurar saber como os usuários regulares (consumidores) de uma determinada substância com ela se relacionam, levando-se em conta critérios mais objetivos como, por exemplo compulsividade, dependência e crises de abstinência. A partir destes critérios se tenta explicar também a diferenciação entre drogas “leves” e “pesadas”.

Nesse caso se contrapõe à categoria “viciado” a categoria “consumidor”, que abarca um universo de significações correspondente a um campo de estudo definido, e nos remete a uma busca de compreensão do problema que aponta para aspectos relacionados aos direitos humanos e às “liberdades pessoais”.

Mas, na medida em que os “maconheiros” não desfrutam do “status” de “consumidores”, desenvolvem-se estratégias de consumo, que passam pela negociação clandestina do produto, por ter um local reservado para o consumo em si e por dissimular os efeitos da produzidos pela canabis, quando se fizer necessário.

Se uma pessoa fuma maconha e tem que se relacionar num ambiente social em que este comportamento não é aceito entram em ação as estratégias, mais ou menos efetivas, para dissimular o “estado alterado de consciência” produzido pela droga. Nesses momentos, o consumidor de canabis pode representar este papel “sincera” ou “cinicamente”, segundo Goffman (1985:25) em sua interpretação da sociedade enquanto cenário de dramaturgia social.

O Interacionismo Simbólico

“A sociedade é simplesmente o nome de um grupo de indivíduos, ligados entre si por interação.”

George Simmel

Como se estabelecem as relações entre aqueles que fazem uso da maconha ou que entendem não haver mal em si no caso de um indivíduo assim agir e, numa posição contrária, aqueles que condenam o hábito por se constituir por si só uma transgressão e um estímulo que, ao final, provavelmente, desencadearia a incursão numa “carreira desviante”?

Esta dinâmica das “interações” resulta no surgimento de categorias marginalizadas relativas a uma classificação pautada nos critérios dos grupos dominantes, em dada sociedade, que dita o discurso oficial sobre o tema e define as normas e limites de inclusão/exclusão. Como consequência se criam estigmas com os quais os atores de ambos os lados (transgressores/conservadores) têm que conviver nas situações de “contatos mistos”: momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja: “na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal” (Goffman, 1988:22).

Estes momentos podem se configurar em diferentes situações e ocorrer em diversos níveis. Por exemplo, a relação entre um usuário de drogas e sua família costuma ser bastante conturbada, gerando conflitos por vezes insolúveis que não raro podem resultar na internação sumária do “drogado”, como relata Astregésilo Carrano em seu livro “O Canto dos Malditos” que, posteriormente, deu origem ao premiado e comovente filme de Laís Bodanzky “Bicho de Sete Cabeças” (Firmino, 2002).

O fato de que o consumo de drogas enquanto fenômeno social tenha assumido dimensões consideráveis, principalmente a partir do advento da modernidade, se apresenta como um objeto de interesse antropológico na medida em que suscita questões sobre uma realidade próxima – nossa sociedade – e que pode ser ao mesmo tempo bem distante, conforme o relativo envolvimento com o já referido “mundo das drogas”. A partir do pertencimento a redes sociais em que se vivencia uma relação de tolerância, consumo ou discriminação, são evidenciadas, por exemplo, questões relativas à classificação do que vem a ser ou não “droga”, num determinado contexto e para um dado grupo. Para Gilberto Velho:

“(…) a contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática consiste em mostrar como existem *n* maneiras de utilizar as substâncias, em

função de variáveis culturais e sociológicas. Estas não só se somam, como complexificam as distinções que possam ser registradas ao nível de análise bioquímica.” (Velho, 1994:24)

Em meio ao repertório teórico-metodológico oferecido pelas Ciências Sociais, a proposta desenvolvida nesse trabalho foi abordar o tema numa perspectiva “interacionista”, que pretende se aproximar ao máximo da linha de pensamento representada pelo “interacionismo simbólico”, particularmente, e como já foi dito, os trabalhos de Erving Goffman (1988, 1989) e Howard Becker (1977) que tratam, respectivamente, das representações coletivas e da estigmatização social como o resultado de “uma linguagem de relações e não de atributos”, e do que é denominado como “comportamento desviante”, associado ao uso de drogas.

O termo – “interacionismo simbólico” – usado por H. Blumer ainda na década de trinta para se referir às idéias principais desenvolvidas anteriormente na obra de George Herbert Mead (1863- 1931), expressa uma variante da corrente interacionista em ciências sociais. Tendo se desenvolvido a partir dos trabalhos sociológicos de R. E. Park e W. I. Thomas, ambos professores do departamento de sociologia de Chicago, a produção da atual geração de “interacionistas simbólicos” incorpora influências da “fenomenologia, do existencialismo, da psicanálise, da linguística, da

antropologia, da sociologia francesa e da filosofia da
linguagem.” (Abreu Filho, 1986:624)

Assim, na perspectiva adotada para este trabalho, a *interação* se coloca como uma *categoria analítica*, como *unidade de análise* (Domingues, 2001:24), focalizando-se a interação entre os estudantes universitários pesquisados. Em segundo lugar considerando como droga o que a sociedade institucionalmente discrimina e, por sua vez, as pessoas e grupos estudados em consenso definem como tal, demarcando com isso características identitárias e fronteiras de pertencimento. Serão especialmente especializadas as interações sociais mediadas pelo consumo ou não da maconha.

O estudo sobre “tóxicos e hierarquia” na Zona Sul Carioca realizado por Gilberto Velho (1998) serviu também como uma referência importante. Apesar de se referir especificamente a uma outra época (década de 70) e a um outro contexto sócio-cultural (camadas médias da cidade do Rio de Janeiro), a partir da abordagem dada ao tema em “Nobres e Anjos” me foi possível estabelecer alguns parâmetros de análise ao considerar o grupo por mim estudado.

Tratando de problemas ligados à teoria do desvio em ciências sociais, o autor, nesse e em trabalho anterior (1974), relativiza o significado do comportamento desviante, tomando-o enquanto um conceito gerado a partir do “pressuposto de um monolitismo de um meio social” (1998:18). Recorrendo a Becker, Gilberto Velho considera ainda que “os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*” (Becker, 1963:8-9).

Partindo dessa colocação pode-se tentar inferir em que dimensões e para que grupos o consumo da cannabis é visto efetivamente como um ato desviante?

A proposta aqui, como mencionada, foi investigar uma situação específica que se estabelece entre jovens adultos, pertencentes a um mesmo universo empírico: estudantes universitários - mais especificamente o 2º período do curso de Estudos Sociais de uma instituição particular de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG - e que apresentam diversidade e divergências quanto a “estilos de vida” e “visões de mundo”, tomando como referência o uso de drogas, mais especificamente o consumo da maconha.

A experiência com drogas pressupõe um caráter subjetivo inerente, expresso pelas sensações experimentadas pelos consumidores, que certamente foge à abrangência deste trabalho. Contudo, na medida em que essas pessoas se agrupam em função de um hábito comum, se agrupam e se apresentam - ou se disfarçam - publicamente enquanto consumidores, e interagem com pessoas em um círculo mais extenso de relações onde as drogas são excluídas, estabelece-se um fato social instigante e passível de ser investigado.

Para investigar o uso de determinada substância dada como ilícita e as construções simbólicas a esse uso associadas, tomando como referência às “interações sociais”, é necessário nos apropriarmos de orientações teóricas que permitam compreender as

estratégias utilizadas pelos grupos que se dispõem a transgredir as leis, formais ou tácitas, e conviver com uma identidade associada a um comportamento tido como “desviante”, inserido num contexto sócio-cultural específico.

Bem entendido que, numa perspectiva “interacionista” como a aqui considerada, “o desvio não é uma qualidade que exista no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que respondem a ela” (Becker, 1977:64), pressuposto básico na orientação de todo o trabalho.

A “carreira desviante”

Uma noção freqüentemente utilizada pelo senso comum ao se abordar a questão do uso de drogas é a de uma “trajetória” percorrida pelos usuários, que pode ter inclusive uma relação direta com outros tipos de desvios: esta se apresentaria como uma sucessão de experiências que variariam do uso eventual à dependência, e das ditas drogas “leves” às mais pesadas, num processo de perspectivas cada vez mais funestas que envolveriam, num estágio mais evoluído, também outras modalidades de desvio como, por exemplo, o roubo.

Nesse sentido a maconha então corresponderia, como enunciado, a uma possível “porta de entrada”, tendo visto que é representada normalmente como uma “droga leve”, mas ainda assim uma contravenção, e o fato de ser consumida poderia desencadear um processo de desvio comportamental progressivo.

Curioso notar como estas noções são relativas, pois atualmente existem tratamentos de dependentes químicos que utilizam, com sucesso, a cannabis como uma alternativa para se superar a dependência em drogas “mais fortes” (Gabeira, 2000:29); o consumo da maconha nestes casos corresponderia paradoxalmente a um tipo de “porta de saída”, na medida em que seria uma ‘passagem’ de dentro para fora do “mundo das drogas”.

Howard Becker (1977) nos apresenta uma contribuição teórica fundamental ao se debruçar sobre esta noção um tanto comum quando, primeiramente, contrapõe aos *modelos simultâneos de desvio* – aqueles utilizados numa pesquisa que se instrumentalize por uma *análise multivariada* e que considere todos os fatores que operam, simultaneamente, para produzir o fenômeno em estudo (no caso o desvio) - os *modelos sequenciais de desvio*, os quais pressupõem, como o próprio nome diz, que “os padrões de comportamento se desenvolvem numa sequência ordenada” (Becker, 1977:70-85).

Segundo Becker, para alguém se tornar um consumidor regular de maconha se supõe que, num primeiro momento, aconteça deste alguém se encontrar numa situação em que a maconha esteja disponível para ele; em seguida ele deve se dispor a experimentá-la, caso contrário o processo poderia aí se interromper; finalmente, após ter acesso à maconha e experimentá-la, ele deve também continuar a usando-a. Ou seja, existe uma série de variáveis, sequenciais e controláveis em maior ou menor grau por parte desse suposto personagem, que vão convergir – ou não – para que ele venha a se tornar efetivamente um consumidor de canabis.

A partir do trabalho de Everett Hughes, Becker emprega

“uma concepção útil no desenvolvimento de modelos sequenciais de vários tipos de comportamento desviante [que] é a concepção de ‘carreira’. Originalmente desenvolvido em estudos de ocupações, o conceito refere-se á sequência de movimentos de uma posição a outra, num sistema ocupacional, feitos por um indivíduo que opera naquele sistema. Mais ainda, inclui a noção de ‘contingências de carreira’, aqueles fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição a outra. As contingências de carreira incluem tanto fatos objetivos da estrutura social quanto mudanças nas perspectivas, motivações e desejos do indivíduo.” (Becker, 1977:72)

Fazendo então esta transposição da concepção de carreira inicialmente usada para o estudo de ocupações, como exposto acima, para a realidade vivida por pessoas que apresentam um comportamento divergente visto por um modelo sequencial de desvio, mais especificamente usuários de drogas, pode se conceber a idéia de uma carreira “de sucesso” (embora em se tratando de uma carreira desviante o termo “sucesso” não se enquadraria tão bem): quando se caminha para uma sucessão progressiva de níveis de consumo de drogas, até enfim se encontrar o “fundo do poço”, noção comum às igrejas proselitistas e instituições de recuperação de “drogados”.

“A imagem freqüente do ‘fundo do poço’ cristaliza a descontinuidade necessária para a criação do marco na trajetória de vida que distingue o sujeito anterior do novo sujeito. (...) O ‘fundo do poço’ é o espaço simbólico liminar (Van Gennep, 1978; Turner, 1974), condição imprescindível para separar o estado anterior e o novo estado”. (Guedes, 2000:39)

O “fundo do poço” também estabeleceria o início de uma nova carreira: o da recuperação.

No sentido oposto – e este parece ser o que acontece com a maior parte das pessoas que experimentam ou consomem, esporádica ou regularmente, a maconha– pode-se pensar numa “carreira interrompida”. Com o estudo dos exemplos em que a pessoa tem apenas um contato passageiro com o desvio e não se envereda por uma carreira desviante, podemos aprender muito mais sobre a dimensão de tal comportamento na sociedade do que com aqueles de pessoas que, cada vez mais, se afastam de estilos de vida “convencionais”, uma vez que aqueles representam a maior parte dos casos.

Nessa linha de pensamento, o eminente aluno da Escola de Chicago, contemporâneo de Erving Goffman que, em 1951, após obter o doutorado com 23 anos, e iniciar seus estudos sobre a maconha, ainda considerava a possibilidade de ganhar a vida como pianista, segue sugerindo que, provavelmente, a maioria das pessoas experimenta com frequência, impulsos em direção a atos desviantes.

“Pelo menos em fantasia, as pessoas são muito mais desviantes do que parecem. Em vez de perguntar porque os desviantes querem fazer coisas que não são aprovadas, poderíamos perguntar melhor porque as pessoas convencionais não levam até o fim os impulsos desviantes que têm.” (Becker, 1977:74)

A essa questão, no mínimo intrigante, Becker sobrepõe a suposição de que “a pessoa ‘normal’ se torna progressivamente envolvida nas instituições e no comportamento covencional” (*ibid.*:74), o que explicaria assim a tendência, mais freqüente do que normalmente se anuncia de, uma vez vencida uma etapa inicial de uma carreira desviante, a pessoa não siga em direção a um desvio maior.

De fato, é evidente que o impulso rebelde e contestador, comum à adolescência e juventude tal como é vivida nas sociedades ocidentais modernas (Mead, 1969) e a curiosidade de se verificar e ultrapassar os limites e subverter as regras sociais, quer pelo uso de roupas extravagantes, cortes de cabelo e, muito em voga atualmente, *piercings* e tatuagens, expressões de um estilo de vida que, com o passar dos anos, cede lugar a um certo conformismo e sobriedade, exigidos pela própria condição formal da vida adulta, condizentes com o *status* de cada um.

Entretanto, sempre existem aqueles casos que fogem a regra e, quando se trata de fumar maconha por exemplo, podemos verificar que existem ainda outras possibilidades de

se interpretar uma determinada trajetória desviante. As condições em que se fuma certamente mudam com o passar do tempo e a conquista de novo *status*, mas o fumar continua, deixando de ser um ato contestatório e um comportamento desviante intencional, e passa a se constituir um hábito de consumo clandestino, com suas vicissitudes, seus riscos, suas redes de cumplicidade.

Nesse caso estaríamos tratando de pessoas que “sustentam um modelo de desvio durante um longo período de tempo, que fazem do desvio um estilo de vida, que organiza sua identidade em torno de um modelo de comportamento desviante” (Becker, 1977:77)? Afinal, muitos destes consumidores são perfeitamente “conformistas” quando considerados outros aspectos de seus estilos de vida.

Após ter percorrido, passo a passo, a trajetória em direção a uma condição regular de desvio, durante a qual o “indivíduo *aprende* a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular” (Becker, 1977:78), ele pode vir a dar, enfim, o que Becker considerou ser “um passo final na carreira desviante” representado pelo “movimento em direção de um grupo desviante organizado” (Becker, 1977:83)

Como uma consequência, ao se aderir a um grupo desviante o indivíduo obtem, segundo Becker, subsídios para a racionalização da sua posição de desviante, além de usufruir da experiência dos membros mais velhos e de se consolidar a tendência em continuar rumo ao desvio.

Esta convivência faz com que se ‘aprenda’ a consumir drogas, como é o caso do desvio aqui focado, e a interagir em sociedade enquanto ‘transgressor’, apropriando-se de códigos próprios aos consumidores de drogas; experimentando, em alguns momentos, uma posição de clandestinidade e tendo que se familiarizar às estratégias de dissimulação necessárias, a fim de evitar uma inevitável estigmatização.

Contudo, em determinadas situações, o consumo habitual, e mais ainda o consumo esporádico de maconha, pode não se enquadrar exatamente nas condições descritas acima, como será visto mais à frente quando serão consideradas tais modalidades de consumo entre os universitários pesquisados.

Estigmas Sociais

Pressuponho que um desvio social se caracteriza como tal desde o momento em que é expresso publicamente, vindo a se tornar uma marca diferenciadora para a pessoa que o pratica; um “estigma”, a partir da concepção adotada por Goffman (1988) para o termo.

Mesmo considerando a existência dos que Becker chamou de “desviantes secretos” (Goffman, 1988:69) estes são identificados como tal ao menos pelo restrito grupo com o qual necessariamente interagem em função do “desvio” em questão e que reconhecem, mesmo que não concordando, em tal ato uma forma de desvio para todos aqueles outros que incondicionalmente compartilham do que Goffman denominou de “um único conjunto de expectativas normativas” (Goffman, 1988:138).

Esta idéia de “um conjunto de *expectativas normativas*”, constituídas por “normas incorporadas” e condição necessária para a vida social, converge para uma outra noção - um tanto simplificada, a meu ver, pela forma sucinta como é tratada por Goffman - fundamental para se tentar definir, por contraste, uma condição de “desvio”: a noção de “normalidade”.

Segundo o autor “nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais” (Goffman, 1988:14) Entretanto, na mesma obra ele próprio reconhece a dificuldade de se obter sucesso perante

a multiplicidade de algumas normas que “tomam a forma de ideais”, “constituem modelos” que têm o efeito de desqualificar muitas pessoas, em algum período de suas vidas.

“Por exemplo, num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva, constituindo-se isso, num certo sentido, em que se pode falar de um sistema de valores comuns na América” (Goffman, 1988:139)

A esta lista de atributos – ou “qualidades” – listadas acima acrescentaria naturalmente, para situar o tema de interesse nesse estudo, o da “sobriedade”, no sentido dado à pessoa que se mantém sempre em estado de consciência inalterada, não se droga, enfim, o dito “careta”, para usar a designação comum entre as pessoas que consomem drogas, ao se referirem a quem não as consome e, principalmente, as condena.

Nestes termos é realmente muito tênue o limite que define quem vem a ser ou não “normal” perante normas sociais mais restritas, o que leva a crer que, pelo visto, toda pessoa, em algum momento de sua vida esconde, com maior ou menor desempenho, algum hábito ou característica pessoal que poderia vir a ser mal vista numa determinada situação ou para um determinado grupo de convivência. Além disso, fumar maconha pode até vir a ser uma característica de “normalidade” para um determinado grupo.

Como diz Caetano Veloso numa de suas músicas: “de perto ninguém é normal”²², e a distância esperada para um convívio social possível se estabelece exatamente, tomando de

²² “Dona de divinas tetas/ quero teu leite todo em minha alma/ nada de leite mal para os caretas./ Mas eu também sei ser careta,/ de perto ninguém é normal/ às vezes segue em linha reta/ a vida que é meu bem meu mal”. Vaca Profana, Caetano Veloso.

empréstimo o título do livro de Goffman (1989), pela “representação do eu na vida cotidiana”. Sabendo que “uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa podemos considerá-la, à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação dos valores expressivos da comunidade” (Goffman, 1988:41)

Existem variadas formas de se dissimular uma condição tida como “desviante” para um determinado contexto social que, caso contrário, poderia vir a se tornar um “estigma”. diretamente associado à pessoa que incorpora tal condição intencionalmente ocultada; afinal, como bem observou Becker (Becker, 1977:87), “uma infração não pode ser ignorada, uma vez tornada pública.”

Foi assim que a apresentadora de televisão Sonia Francine, de 34 anos, se envolveu numa situação difícil quando, em novembro de 2001, teve sua foto - e de mais outras pessoas conhecidas como o cartunista Angeli e o músico Otto por exemplo, porém com a sua se destacando das demais - estampada na capa da Revista Época juntamente com a frase “Eu Fumo Maconha” em evidência. Esta capa da revista foi exposta em *outdoors* de algumas cidades e sua imagem inevitavelmente associada a uma suposta apologia ao uso da cannabis, mesmo que muito contra a sua vontade.

Como no incidente relatado por Malinowski (*apud* Becker, 1977:61-62), quando nas Ilhas Trobriand o rapaz que havia quebrado as regras de exogamia da tribo, após ser denunciado publicamente, se suicidou, atirando-se do coqueiro, também as repercussões do “caso Soninha” – como foi chamado pela imprensa que se ocupou por bom um tempo desse lapso na forma pela qual é tratado o consumo da cannabis em nossa sociedade – exigiram inúmeras explicações por parte da apresentadora e desencadearam inevitáveis represálias, culminando no seu afastamento da emissora onde trabalhava.

Nesse caso o maior delito não foi certamente o fato dessa personagem midiática fumar maconha, mesmo que esporadicamente, mas sim a ousadia de vir a público assumir isso, mesmo que não tendo partido dela a iniciativa e com a melhor das intenções. Como consequência teve que conviver com este estigma durante o tempo em que o caso repercutiu na mídia.

Goffman menciona que, de um modo geral, podem se diferenciar três tipos de “estigmas”: o primeiro compreenderia as “abominações do corpo”, sentido dado originalmente pelos gregos ao criarem o termo; outro tipo seriam os “estigmas tribais de raça, nação ou religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar todos os membros de uma família”; e finalmente, para chegarmos ao que mais interessa no momento, teríamos

“as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (Goffman, 1988:14).

A intenção de apresentar aqui esta classificação traçada por Goffman é chegar ao ponto em que o autor considera que

“em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma

característica diferente da que havíamos previsto”.
(Goffman, 1988:14)

Assim pode-se compreender como, no caso específico aqui tratado, o processo que faz do consumo de cannabis um estigma frente às normas vigentes em nossa sociedade aproxima, compulsoriamente, os (mal) ditos “maconheiros” das expectativas criadas ao se considerar genericamente qualquer tipo de “desvio social” *a priori* como uma marca depreciativa.

Voltando à obra de Becker (1977), numa referência a um outro elemento de análise utilizado por Hughes, esta marca depreciativa pode assumir, e em algumas situações freqüentemente assume, o caráter de um *status* principal, que sobrepuja outros atributos que a pessoa venha a possuir.

Desse modo

“o status de desviante (dependendo do tipo de desvio) é este tipo de status principal. Uma pessoa recebe o status como resultado da quebra de uma regra, e a identificação mostra ser mais importante que muitas outras. Uma pessoa será, primeiramente, identificada como desviante antes que outras identificações sejam feitas. A questão é colocada: ‘Que tipo de pessoa quebrará uma regra tão importante?’ E a resposta é dada: ‘Uma pessoa que é diferente de nós, que não pode agir como um ser humano moral e, portanto, pode quebrar outras regras importantes’. A identificação como desviante torna-se a identificação de controle.”
(Becker, 1977:80)

Resta então ao indivíduo que tem seu comportamento classificado como desviante revelado, conviver com a representação que lhe é socialmente atribuída em função deste fato. Seu caráter é estipulado a partir de “uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização *efetiva*” que, como Goffman sugeriu, “poderia ser

encarado mais como *uma identidade social virtual*”, ao passo que “a categoria de atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua *identidade social real*.” (Becker, 1977:12)

Sob estas condições, o consumo de canabis por uma parcela significativa da população jovem brasileira se insere num conjunto de fenômenos sociais que, mesmo condenados formalmente, são tolerados e praticados, de maneira mais ou menos explícita, conforme variantes regionais e contextuais, mas sempre sob o regime de um acordo tácito.

Para citar dois outros exemplos interessantes temos o jogo do bicho, contravenção tão peculiar à nossa condição de brasileiros (Da Matta e Soárez, 1999) e a reprodução desenfreada de publicações, textos literários e científicos - prática tão comum de nossa comunidade acadêmica - que, sem a prévia autorização do autor ou editor, faz das inúmeras máquinas fotocopadoras que abundam em qualquer instituição de ensino superior do país, uma contravenção institucionalizada e convenientemente tolerada, além de, sem dúvida, um negócio bastante rentável.

Um ponto específico quanto ao consumo de canabis é que a representação atribuída àqueles que compartilham desta prática lhes confere uma condição de marginalidade mais pesada, passível de punição legal e, no caso dos consumidores “varejistas”, sem o amparo corporativo dos exemplos anteriormente citados, o que resulta, enfim, num forte estigma depreciativo quando tal comportamento vem à público.

Esta condição marginal faz com que os “maconheiros” desenvolvam estratégias de consumo, que passam pela representação, dissimulação e criação de grupos fechados de convivência com seus códigos próprios (gírias, olhares, gestos) e um certo sentimento de cumplicidade que serão analisados à frente, no capítulo IV.

Capítulo III

Considerações sobre o universo pesquisado

“Minas são muitas”, como já disse o poeta, e Juiz de Fora é uma dessas muitas faces de Minas Gerais. Pólo econômico e cultural da Zona da Mata mineira, a “Princesinha de Minas” como é cantada em hino, nasceu às margens do “Caminho Novo”, que naquela parte seguia paralelo ao leito do Rio Paraíba construído no séc. XVIII para levar ao Rio de Janeiro o ouro das Minas.

No final do século XIX Juiz de Fora viveu, de certa forma, um curto mas significativo período de desenvolvimento econômico, destacando-se nacionalmente como um pólo industrial emergente. Possuía uma hidrelétrica (a primeira da América do Sul) e fábricas têxteis que lhe valeram o título de “Manchester mineira”. Como bem e poeticamente descreveu Rachel Jardim

“houvera uma cidade (...) onde florescera uma civilização industrial, burgo peculiar, Minas despojada das tortuosidades do barroco, com chaminés expelindo fumaça por cima das montanhas e ruído de teares acompanhando as litanias das procissões. Uma cidade inglesa, alemã, italiana (telhados e cúpulas de ardósia do mestre de obras Arcuri), aberta para o mundo, onde eu via colonas alemãs de São Pedro, envoltas em xales, sentadas nas carroças de leite, em manhãs geladas de junho. Onde havia um colégio da mais bela construção neo-gótica, no qual se falava alemão, e um outro em que se falava inglês americano... Onde havia turcos mercadejantes na rua Marechal Deodoro, que expunham a glória de suas sedas luxuriantes ao tato ascético das beatas. (...) Mesmo assim, com todos esses ventos do mundo que, em Juiz de Fora, varavam as montanhas, Minas se fazia sentir, em tudo, poderosa. Éramos mineiros urbanos, comíamos torresmo, couve, lingüiça, porco e, como os outros, praticávamos nossa dissimulação, nosso senso de medida, nos apegávamos aos bens e ao sangue, tudo isso com certa ponta de ironia...” (Caderno de Mercado, Jornal do Brasil, 28/11/2002:30)

Hoje, dos seus habitantes (420.000 aproximadamente) se diz serem “cariocas do brejo”, pela proximidade do Rio de Janeiro (184 Km), por torcerem predominantemente

pelos times de futebol carioca e pelo sotaque, às vezes até intencionalmente enfatizado, de algumas pessoas. De fato a proximidade geográfica faz com que a influência cultural, e mesmo o fluxo de pessoas por motivo de trabalho ou estudo, para o Rio de Janeiro, seja de fato significativa. Mas há também, pelos mesmos motivos, um grande afluxo para a cidade de pessoas das cidades circunvizinhas, predominantemente da Zona da Mata, Campo das Vertentes e Leste mineiro, além de algumas cidades fluminenses próximas, compreendendo uma população flutuante estimada em dois milhões de pessoas (Caderno de Mercado, Jornal do Brasil, 28/11/2002:14), como comprovam os mais de 50% dos alunos que compõem o grupo entrevistado, segundo revelaram os questionários aplicados.

Esta proximidade do Rio faz com que Juiz de Fora seja também uma região de interesse estratégico, utilizada como uma conexão no tráfico de drogas para esta capital, que movimenta, em estimativas da Delegacia de Entorpecentes local, 3 toneladas de maconha por mês (Jornal Tribuna Minas, 9/11/02:3).

A relativa proximidade também com São Paulo (506 Km) e com a capital mineira (278 Km) imprime certas peculiaridades à vida cultural e econômica da cidade, facilitando o acesso a produtos e informações que se irradiam desses centros. É comum, por exemplo, encontrar nas Bancas da cidade os jornais de maior circulação e de maior aprofundamento nas notícias, tanto do Rio de Janeiro (O Globo e Jornal do Brasil) como os de São Paulo (Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo) e de Belo Horizonte (O Tempo e o Estado de Minas), sendo que estes últimos são, proporcionalmente, até mais difíceis de se encontrar²³.

²³ Embora não fossem fontes fundamentais ao trabalho, algumas matérias desses veículos de informação - e de formação de opinião - foram úteis para constituir um panorama das representações sobre o “mundo das drogas” em nossa sociedade, evidentemente um tipo próprio de representação, considerado em sua especificidade.

Considerada como uma das cidades com melhores índices de qualidade de vida do país, com PIB per capita de R\$ 6,2 mil e expectativa de vida estimada em 71,6 anos (Caderno de Mercado, Jornal do Brasil, 28/11/2002:3), Juiz de Fora se insere assim de forma singular no conjunto de cidades brasileiras de porte médio, que possuem características similares e, mesmo não se podendo buscar definir uma identidade comum entre elas, são pontos de partida para se pensar o Brasil por uma perspectiva até então pouco explorada nas Ciências Sociais.

Tais cidades, não se assemelhando nem aos grandes centros urbanos representados pelas Capitais estaduais - algumas delas metrópoles com seus municípios agregados, sua incontrolável densidade demográfica, seus altíssimos índices de “modernização” e de violência - e nem às vilas ou pequenas cidades do interior - da “tradição” preservada, das relações interpessoais próximas, da vida agrária e do tempo holístico - não costumam servir de referência para estudos, nem de temas comuns à Antropologia Urbana, nem ao estudo do campesinato ou congêneres.

Entretanto as cidades de médio porte no Brasil assumem cada vez mais representatividade na economia e na dinâmica da produção cultural brasileira, notoriamente e no que interessa a este trabalho, no que se refere à proliferação de instituições e cursos em instituições particulares de Ensino Superior que ocorreu a partir de meados da década passada²⁴.

Antes de detalhar algumas características da Instituição de Ensino e da turma nela inserida, alvo da pesquisa, existe uma característica da cidade, relacionada ao seu porte e

²⁴ No Brasil, entre 1995 e 2001 as matrículas no período noturno da rede privada, que concentra 69% de todos os alunos do ensino superior, passaram de 711 mil para 1,39 milhão, num crescimento de 96%. Fonte: Censo universitário 2001 – Folha de São Paulo, 21/11/2002: C3

que é interessante avaliar, pois se refere a uma atitude de “reserva”, ao anonimato e indiferença típicos das grandes cidades, que “atribui um tipo e uma quantidade de liberdade pessoal que absolutamente não tem analogia em outras condições”. (Simmel, 1978:18). Essa atitude de “reserva” se mostra propícia à realização de pequenas ‘transgressões’ e violação das regras, desde que não sejam por demais agressivas aos olhos dos demais.

É certo que numa cidade como Juiz de Fora esta “reserva” é relativa. Apesar de ter se desenvolvido significativamente nos últimos anos e apresentar, cada vez mais, características próximas às de grandes cidades, ainda existe um certo “ar de cidade pequena”, principalmente quando observamos pontos “tradicionais da cidade” ou as áreas circunscritas onde as pessoas têm um relacionamento mais próximo (bairros, clubes, alguns bares do centro).

Por outro lado, as pessoas ‘de fora’, que estão na cidade para trabalhar ou estudar (e estas últimas estão bem representadas no grupo estudado), embora também criem seus espaços de convivência na maioria das vezes entre seus conterrâneos, experimentam de fato uma grande dose da liberdade pessoal decorrente desta atitude de “reserva” descrita por Simmel.

Assim, entre os estudantes universitários, por esta e outras características bem propícias (maioridade, disponibilidade de dinheiro, morar longe da família) cria-se um ambiente onde o consumo de drogas é facilitado. A expansão do círculo de relacionamentos que ocorre nesse período da vida de aproximadamente 0,6% da população brasileira (censo universitário 2001) favorece o contato com pessoas que utilizam drogas e, conseqüentemente, o acesso a alguns tipos de drogas, sendo a maconha sem dúvida a mais acessível.

O ensino de nível acadêmico na cidade

Em Juiz de Fora, além da Universidade Federal existem, até o momento, mais seis instituições particulares - além de outras duas ou três que já anunciam sua vinda para a cidade a fim de disputar este mercado em alta que se tornou o setor privado do ensino superior no Brasil - contanto com um total de aproximadamente 25 mil estudantes universitários distribuídos entre cerca de 90 opções de curso de graduação e quase 100 cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* (Caderno de Mercado, Jornal do Brasil, 28/11/2002:6).

A Instituição onde se insere a turma que serviu de referência para a pesquisa, tradicional na cidade, funciona numa imponente construção em estilo neoclássico datada de 1891 e, há 30 anos atua como uma das pioneiras no ensino superior na cidade (fotos 1 e 2). “Surgiu em 1972, com as faculdades de Psicologia, Pedagogia, Letras, Estudos Sociais e Ciências para atender à crescente demanda da cidade e região por cursos noturnos principalmente”, segundo informativo de propaganda da própria instituição. Atualmente oferece 11 cursos de Graduação (Ciências biológicas, Filosofia, Fonoaudiologia, Geografia, História, Informática, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Teologia, sendo que apenas o curso de Fonoaudiologia funciona no período diurno), além de nove

especializações, três mestrados e um doutorado. Possui duzentos e seis professores e três mil e cem alunos.

Como acontece em qualquer outra Universidade e Centros de Ensino Superior, existe uma certa hierarquia interna quanto à conceituação e ao prestígio diferenciado de determinados cursos de graduação em relação a outros, que se faz perceber através de alguns critérios distintivos como: tempo de existência do curso, dificuldade de acesso por vestibular, *status* após formado e pela mensalidade diferenciada (enquanto no 2º período de

Estudos Sociais os alunos pagavam em média 260 reais por mês, no 8º período de Psicologia, por exemplo, se pagava 600 reais, mais que o dobro) o que, na prática, nivela também os alunos de cada curso pelo poder aquisitivo necessário para se concluir um determinado curso de maior ou menor custo.

O curso de Estudos Sociais, que anteriormente habilitava à ‘licenciatura curta’ (aulas somente para o Ensino Fundamental) foi recentemente desmembrado em História e Geografia, ambos de ‘licenciatura plena’; a turma pesquisada é uma turma de transição.

Embora tenha sido aplicada uma pesquisa mais sistemática voltada para essa turma, algumas outras impressões foram captadas em estimulantes conversas sobre o tema com outros estudantes da instituição, além de um ou outro ponto de vista apresentado por quem se inserisse em algum momento no assunto, em conversas na faculdade ou nos bares em frente; quase sempre alguém pertencente, de alguma forma, ao sistema de relações sociais com o qual a referida turma, ou uma parte significativa dela, interagisse.

A início quis considerar esse universo de uma forma análoga ao que Gilberto Velho definiu como sendo a “roda intelectual-artístico-burguesa” carioca: um sistema de relações sociais que se representaria em termos de “círculos concêntricos” no qual o grupo por ele estudado se inseriria (Velho, 1998:123), tendo em vista que também aqui os bares em frente à faculdade (fotos 6, 7 e 8) constituem-se espaços onde se estabelecem relações sociais entre os alunos e outras pessoas que passam e param por ali.

Mas na verdade, dada a heterogeneidade dos frequentadores e à variabilidade de motivos que levam estas pessoas e a frequentar esses bares, o modelo que poderia ser melhor empregado para representar o conjunto das relações que se estabelecem nesse caso seria de uma “rede social”, “aberta”, (Barnes, 1987:163) cuja “densidade” tende a aumentar com o tempo, podendo chegar a um ponto em que praticamente “todo mundo conhece todo mundo” (Barnes, 1987:173).

Uma significativa parte dos alunos da turma em questão frequentam, esporádica ou regularmente esses bares, antes, no intervalo ou depois das aulas, sendo que em alguns poucos casos, o tempo em que o aluno deveria estar na faculdade é totalmente passado nos bares, que se constituíram para mim um espaço complementar da pesquisa de campo.

Ao final, essas impressões, colhidas num universo mais amplo, anexadas ao substrato da pesquisa vieram a contribuir na elaboração do texto e compreensão mais ampla das diferentes opiniões sobre o assunto.

O trabalho de campo

“Permanecer no próprio quarto distante do lugar onde a festa se realiza, ou longe do local onde o profissional atende ao cliente é permanecer longe do lugar onde a realidade está acontecendo. O mundo, na verdade, é uma reunião.”

Erving Goffman (1989, p. 41)

Entre os grupos que poderiam ser destacados por se comporem de alguns elementos que, reconhecidamente, têm o hábito de fumar maconha, regular ou esporadicamente, o formado por estudantes universitários seria, assim supus, um grupo bem acessível à pesquisa. Em primeiro lugar, por conviverem com este instrumento investigativo – a pesquisa científica - enquanto um fator inerente à formação acadêmica e, depois porque, como consequência dessa condição, o meio acadêmico seria onde se situariam pessoas ou grupos de pessoas que apresentam condições mais propícias para a verbalização das questões referentes ao tema.

Obviamente considerar este universo como um “grupo” de referência para pesquisa é uma abstração metodológica, na medida em que é composto de pessoas de diversas procedências, com “estilos de vida” e “visões de mundo” os mais variados; creio que é justamente esta heterogeneidade que virá a enriquecer a pesquisa.

A possibilidade efetiva de realizar o trabalho de campo através de uma pesquisa qualitativa junto aos alunos, fumantes e não fumantes de maconha da referida turma se apresentou a partir do seguinte episódio: durante uma atividade extra-classe promovida por um professor - uma visita a uma fazenda centenária da região - alguns alunos haviam levado e quiseram fumar maconha dentro do ônibus, o que gerou protestos por parte dos não-fumantes enquanto o professor, também presente, não se manifestou sobre o assunto. Pediram então para parar o ônibus com o pretexto de “dar uma mijada” e fumaram a maconha na beira da estrada. Ao retornarem ao ônibus foi levantada a polêmica sobre o direito de se fumar ou não maconha no interior do veículo.

Este episódio significativo me foi relatado numa conversa casual por um dos alunos, que já conhecia há algum tempo, e me despertou para a possibilidade de estudar, a partir deste fato e neste grupo momentaneamente formado, quais as classificações dos alunos referentes aos fumantes e não-fumantes de maconha. Seria então considerado não só o ato de fumar (a quantidade, frequência e sob quais condições) mas também e, principalmente, as relações entre os respectivos grupos formados em torno da questão. Vê-se que se reproduziu no ônibus um conflito com o qual nos deparamos frequentemente quando assistimos a negociações em âmbito nacional e transnacional sobre qual o nível de repressão ou tolerância a se adotar frente à questão atual de combate ao tráfico e da descriminalização das drogas, mais especificamente da maconha.

Além dos encontros ordinários em sala de aula durante as disciplinas curriculares do próprio período, a turma se reúne fragmentada e ocasionalmente, em atividades recreativas como o futebol semanal, sauna, festas de confraternização eventuais e saídas noturnas. Para estas atividades são formados subgrupos ocasionais, dentre os quais o de interesse mais específico à pesquisa, no qual a maconha está invariavelmente presente.

O fato de conhecer um dos elementos do grupo há algum tempo, convivendo com ele em outro círculo de amizades, e já ter tido contatos ocasionais (em bares ou festas e em situações profissionais) com alguns outros, favoreceu a minha aproximação e o estabelecimento de uma relação que propiciou, na medida do possível, condições para a explicitação de posicionamentos.

Além das observações feitas antes, durante e após as aulas, distribuí questionários (apêndice C) a todos os alunos com o objetivo de fazer, a princípio, um levantamento sócio-econômico e cultural da turma para posteriormente selecionar alguns alunos e realizar entrevistas individuais e personalizadas (apêndice D), me aprofundando nas questões.

O enfoque foi prioritariamente direcionado aos usos e às representações sobre o consumo de cannabis, embora dados referentes a outras drogas venham a compor a pesquisa, pois surgiram nas entrevistas e ajudam a inserir o consumo da cannabis num universo mais amplo de uso de drogas e representações sociais associadas a essa categoria de consumo.

As entrevistas, feitas com este grupo de “consumidores”, abordaram questões referentes ao tipo de consumo (frequência, quantidade, abstinência, se sozinho ou em grupo) e quanto à trajetória percorrida no dito “mundo das drogas”. Também questões referentes às representações atribuídas ao ato e às relações estabelecidas entre pessoas do grupo e de fora dele.

Outras entrevistas foram direcionadas aos componentes da turma que não fazem parte do grupo acima referido e se compuseram de questões sobre experiências de contato, direto ou indireto com drogas, representações sobre este universo compreendido pelo “mundo das drogas” e relações interpessoais com consumidores de drogas, com ênfase nos consumidores de maconha.

Em síntese, estas entrevistas pretenderam detectar quais as variáveis envolvidas ao se definir o que é ou não é “droga”, investigando os critérios utilizados ao se classificar uma determinada droga como lícita ou ilícita, num contexto sócio-cultural específico: o meio acadêmico, aqui representado por esta turma em particular do curso de Estudos Sociais de uma Instituição de Ensino Superior de Juiz de Fora.

Ainda uma questão importante: ao ser socialmente definida como substância ilícita, alguns indivíduos são taxados de “desviantes”, e assumem conseqüentemente uma condição marginal ao transgredir regras do comportamento dito “normal” e fazerem, de modo freqüente ou esporádico, uso destas substâncias. Com um agravante: por ser uma contravenção penal o sujeito corre sempre o risco de ser preso e “fichado” - caso não se

apresente alguma possibilidade de suborno. As estratégias de consumo e as relações que estes indivíduos estabelecem em seu meio de convívio foram destacadas enquanto objeto de análise.

O 2º. período de Estudos Sociais

Como estratégia de ação para a pesquisa empírica me apresentei ao professor da disciplina “Antropologia Teológica Cristã” - disciplina obrigatória a todos os cursos devido à orientação religiosa da Instituição – informando meu interesse em estudar “estilos de vida” e “visões de mundo” dos estudantes universitários naquela turma. Sabendo de antemão pelos alunos que aquele seria um professor “gente boa”, me foi permitido participar como ouvinte das aulas da disciplina até o final do semestre: junho de 2002.

O que, à primeira vista, pareceria uma experiência bem diferente da de se aproximar de um grupo de nativos trobriandeses para um trabalho etnográfico clássico, acabou apresentando aspectos de natureza bem próxima; aspectos, em última análise, comuns aos trabalhos de investigação social que operam num nível mais próximo das relações humanas. Um pesquisador que adote tal orientação metodológica, ao enveredar pelos imponderáveis destinos do trabalho de campo, acaba por se deparar com “a complexidade e as contradições de fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais.” (Chizzotti, 1995)

Além do esperado exercício de “estranhamento” por parte do pesquisador, comum à investigação antropológica houve certamente, em contrapartida, uma sensação de desconfiança por parte dos “pesquisados” quanto às intenções daquele sujeito desconhecido que se inseriu no ambiente deles, nesse caso representado pela sala de aula, com a intenção de se ‘investigar’ algo sem que se soubesse ainda muito bem o que.

Mesmo se tratando de um grupo de universitários, mais ou menos habituados a técnicas de pesquisa social, sabia que poderia ocorrer, após o esclarecimento das intenções da pesquisa, de se sentirem inqueridos sobre fatos ou assuntos que, às vezes, prefeririam

não declarar, o que fez com que a experiência etnográfica nesse caso fosse, guardadas as devidas proporções, intensa e imprevisível como as etnografias clássicas sobre um “outro” geográfica e culturalmente tão distante.

Com essas impressões iniciei a observação participante nas aulas de Antropologia Teológica Cristã. Assisti, de 26 de abril a 07 de junho de 2002 a todas as aulas do período.

De certa forma o ambiente durante as aulas apresentou algumas semelhanças ao relatado por Roberto Kant de Lima em “A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós” (1985). Descrevendo sua graduação em Ciências Sociais no Brasil, entre 1971 e 1974, o autor constatava que, bem diferente do que vivenciara durante a graduação em Direito, havia uma relação bastante informal entre os alunos e o professor, e durante as aulas; “o horário e o conteúdo das aulas não eram cumpridos com rigidez, não havendo hora certa para começar nem para terminar.” (Lima, 1985:17)

Contudo dizer que, no caso da turma por mim estudada, as aulas não tinham hora certa nem para começar nem para terminar, não significa que elas “prolongavam-se às vezes noite adentro em exposições orais de brilhantes teorias e divagações de centro ignorado” (Lima, 1985:17), mas sim que elas sempre começavam depois do horário marcado porque ainda havia poucos alunos presentes e também porque alguns alunos faziam por conta própria seus próprios horários, geralmente condicionado ao momento da chamada e não se atendo muito ao horário regulamentar cumprido pelo restante da turma, abandonando desse modo a aula, antes do horário determinado.

As aulas ocorriam uma vez por semana, sempre às sextas-feiras à noite (18:50 horas), horário que para muitos daqueles alunos já não estimulava muito a aprender sobre a Santidade de Maria, a filosofia de Platão e Santo Agostinho ou Teologia da Libertação. A disciplina é obrigatória para todos os cursos por ser uma instituição católica, criada pela

Congregação do Verbo Divino, mas, segundo o diretor administrativo da Instituição, acaba por ser, além das bolsas de estudo, o único vínculo com a referida Congregação, tornando-se alvo de críticas e despertando rejeição por parte da grande maioria dos alunos.

O objeto específico de estudo não foi explicitado a princípio, por se tratar de um tema obviamente polêmico. Inicialmente me apresentei como mestrando em Antropologia Social cujo interesse ali era realizar nada mais que uma pesquisa de campo, que se propunha a investigar “estilos de vida” e “visões de mundo” de estudantes universitários, tendo como referência os alunos daquela turma.

Outra preocupação quanto às implicações de se abordar tal tema junto a uma turma com a qual ainda não estava nem um pouco familiarizado deveu-se ao fato de se tratar, também, de um tema que envolve depoimentos no mínimo comprometedores, além de trazer a público histórias e ‘trajetórias de vida’ próprias ou de pessoas íntimas que possivelmente remontariam experiências desagradáveis de contato com drogas.

Essa expectativa, de fato, se realizou. Antes de entrevistar Alcione²⁵ tive a impressão de que ela seria, se não consumidora, ao menos “simpatizante”²⁶ do consumo de cannabis, pelas roupas (estilo *hippie* ou *heavy metal* conforme a ocasião), pelo seu engajamento político de esquerda (fez campanha ativamente pelo PT na época da eleição presidencial, vendendo broches e colhendo assinaturas contra a ALCA) e pela idade.

Entretanto fiquei surpreso ao saber na entrevista que ela, de certa forma, estaria entre as pessoas que os consumidores da turma classificariam, a princípio, como ‘careta’, já que, em tese, condenava o consumo de maconha – digo em tese porque, coincidentemente,

²⁵ Este e todos os outros nomes dos entrevistados são fictícios. Uma lista com algumas informações sobre características particulares dos entrevistados mais citados se encontra anexado ao trabalho (apêndice A)

²⁶ Aqui o termo simpatizante – ou ‘informado’ cf. Becker, 1988:37- foi empregado, por sugestão de um informante, a exemplo de como é utilizado ao se referir a um tipo de comportamento associado a pessoas que convivem normalmente entre homossexuais sem contudo assumir essa orientação sexual.

duas semanas antes da entrevista ela havia, por intermédio de amigas, fumado maconha pela primeira vez²⁷.

Faço referência aqui a essa entrevista em particular porque foi um exemplo de relato em que apareceu uma dessas histórias de vida em que uma trajetória desviante tem um desfecho trágico. Alcione me relatou que dois de seus primos haviam adentrado no mundo das drogas, começando pela maconha (talvez daí suas opiniões a esse respeito) e haviam terminado aidéticos, após se habituarem a consumir drogas injetáveis, sendo que um deles morreu e outro vive à custa de remédios.

Como relatado, eu já conhecia um dos alunos dessa turma (o Josué) há aproximadamente cinco anos e por intermédio dele fui apresentado a mais dois outros, sendo que com um desses (o Viny) já havia encontrado numa festa na casa de um conhecido, há algum tempo atrás, onde, com uma gaita, ele acompanhava a melodia do violão que passava por vários tocadores ali presentes, enquanto se consumia álcool e canabis.

A esses, em particular, foi exposto, desde o início, o tema específico da pesquisa, pois era de meu conhecimento o fato deles consumirem canabis com certa regularidade e desde cedo se prontificarem a auxiliar na minha aproximação com a turma.

Com cinquenta e seis alunos, em nenhuma das vezes que estive presente (depois vim a saber que este fato era uma constante), estavam todos os alunos em sala ou, mesmo, na Escola. Sempre faltavam alguns e muitos chegavam após a aula começar, às vezes meia ou uma hora depois.

Cabe aqui questionar até que ponto em quais dimensões a turma se constitui um grupo. Pelo fato de estarem em contato uns com os outros cinco dias por semana, quatro horas por dia é óbvio que se constroem relações de amizade, afinidades são reconhecidas e efetivamente se formam subgrupos de convivência que por vezes extrapolam o contato em

²⁷ “[fumei] porque tava estressada, deprimida. Acabei comprovando que a capacidade de raciocínio aumentou; me deu um estímulo que geralmente não tenho. Fiquei apavorada: e se eu gostar desse negócio?!” Al. em resposta ao perguntá-la se já havia fumado maconha alguma vez.

sala de aula. No geral a maioria dos alunos conversa entre si, principalmente durante o intervalo das aulas, sendo que apenas uns poucos mantêm postura mais reservada.

Como já foi dito, inicialmente, apliquei questionários (apêndice C) buscando dados sobre a condição sócio-econômica dos alunos, suas atividades de lazer e o significado de estar cursando uma faculdade.

Todos os cinquenta e três questionários que distribuí foram respondidos, só três alunos matriculados não os responderam pois não consegui encontrá-los na faculdade. Alguns com maior, outros com menor ou nenhum detalhamento, esses dados foram, sem dúvida representativos, e me permitiram traçar um perfil da turma quanto a esses aspectos mencionados.

Com mais mulheres que homens (32 e 21 respectivamente), a turma é formada por pessoas de Juiz de Fora (22 pessoas) e de outras cidades próximas (31 pessoas), sendo que a maior parte é composta de pessoas solteiras (33 solteiras, 12 casadas e 2 desquitadas²⁸), que se declararam católicas (36 pessoas se dizem católicas e o restante diz ser espírita, evangélica, presbiteriana, metodista, testemunhas de Jeová ou da Igreja Universal, sendo que 4 disseram não possuir religião alguma) que trabalham durante o dia (41, contra 12 que só estudam) e residem em casa própria (34, contra 12 que declararam pagar aluguel).

Quanto à idade os alunos situam-se numa faixa entre 18 e 49 anos, sendo que pouco mais da metade dos que responderam a essa questão (24 num total de 44 alunos) têm entre 21 e 28 anos; dezesseis alunos têm mais de 28 anos e cinco têm menos de 21.

²⁸ algumas pessoas não reponderam a essa e outras questões, o que explica a diferença entre os números correspondentes a esses dados e o número total de questionários respondidos; não existe homogeneidade nas respostas que representam a maioria numérica quanto a questões específicas; os dados foram tratados isoladamente, não foram cruzados.

Assim como a turma se apresenta heterogênea quanto à idade, procedência e histórias de vida, pelo que pude detectar com a análise dos questionários, também quanto à condição sócio-econômica há descontinuidades, embora seja de se supor que essas condições diferenciadas devam permitir-lhes estarem cursando uma faculdade particular. Desse modo, o índice de pessoas que solicita bolsas de estudo, tranca a matrícula ou abandona o curso é significativo.

Após esse levantamento inicial realizei entrevistas (apêndice D) com dezessete pessoas da turma que selecionei considerando os seguintes critérios: idade, estilo de vida, mais particularmente o fato de saber que fumavam ou não fumavam maconha, e também quando identificava uma predisposição a me ajudar na pesquisa.

Num dos últimos contatos com a turma expus finalmente a todos o objetivo específico da pesquisa e realizei um levantamento de quantas pessoas ali já haviam experimentado fumar maconha e quantas fumavam esporádica ou regularmente. Sabendo que tais revelações são, sem dúvida, comprometedoras procedi da seguinte maneira para garantir ao máximo o sigilo das informações: com o consentimento do professor expliquei os objetivos da pesquisa e escrevi no quadro quatro possibilidades de envolvimento com a maconha enumerando-as: 1) Nunca experimentei (responderam afirmativamente á essa questão 14 alunos). 2) Já experimentei mas não continuei fumando (10 alunos). 3) Fumo eventualmente (3 alunos). 4) Fumo regularmente (4 alunos). Pedi então para que, a partir daquelas referências, cada um escrevesse num pedaço de papel o número correspondente à condição que mais lhe representava, dobrasse o papel e me entregasse.

Apesar de ser uma noite em que a sala não estava cheia (trinta e um alunos responderam a esse levantamento) e sabendo que o fumar esporádica ou regularmente pode variar de acordo com critérios pessoais e indefinidos, esse levantamento revelou dados

importantes para detectar, de um modo geral, o contato da turma com a referida “droga”, cuja análise dos resultados estarão no próximo capítulo.

Numa tentativa de classificar os entrevistados quanto à posição pessoal em relação ao consumo de drogas e mais especificamente da maconha tentei diferenciar aqueles que nunca fumaram maconha ou usaram qualquer outro tipo de “droga”, no sentido a que se refere o termo para fins desse estudo, alguns destes nem mesmo tiveram contato direto com qualquer destas substâncias, apesar de que ao menos o cheiro ou a idéia de como se fuma maconha é algo conhecido por todos.

Num segundo grupo estariam as pessoas que já tiveram contato com um ou mais tipos de drogas, sendo que o mais freqüente é com a cannabis: alguma vez já experimentaram ou fumam esporadicamente, em ocasiões especiais; já conviveram ou convivem normalmente com pessoas que fumam.

Por fim se situariam aquelas pessoas que consomem maconha regularmente, podendo ter tido ou ainda tendo contato ocasional com outras drogas, quase sempre cocaína, e para este grupo dediquei maior atenção do trabalho, e me propus a aprofundar na investigação sobre os elementos que identificassem uma cultura subjacente ao consumo da cannabis.

Com três pessoas desse grupo, com as quais tive maior contato, realizei uma nova entrevista a fim de explicitar algumas noções e conceitos fundamentais para a conclusão do trabalho como, por exemplo, o que eles consideram por ‘vício’ relacionado à maconha, qual – e se existe - um limite para se considerar que alguém já não fuma mais maconha por ‘recreação’ e sim por ‘dependência’.

Vale lembrar que estes grupos não se constituem subgrupos restritos de relações no interior da turma. Embora haja digamos uma “cumplicidade” entre estas pessoas que

fumam maconha regularmente, as afinidades na turma são estabelecidas por outras razões que não essa de se consumir ou não “drogas”



Capítulo IV

O “meio acadêmico” como campo de pesquisa:

uma experiência (endo) etnográfica

Ao “relativizar o interpretativismo americano”, Roberto Da Matta (1992), empregou o termo ‘exo-etnografia’, para caracterizar uma atitude acadêmica mais comum nos EUA, em oposição a uma ‘endo-etnografia’, reconhecida na maior parte de sua obra (1997, 1999, 2001), representada por uma investigação etnográfica voltada para a sociedade do próprio pesquisador. O termo é, ao meu ver, bem apropriado a uma pesquisa acadêmica que, como esta, se propõe a ter como “campo” de investigação uma constituinte do próprio meio acadêmico.

Este dito ‘meio acadêmico’ se apresenta, à primeira vista, como um ambiente particularmente sedutor, composto em sua maioria por jovens, brancos, bem vestidos, quase sempre comunicativos entre si e com ar de despreocupados. Nos finais de semana, e principalmente no final do período letivo, paira um “clima de festa” no ar. É quando os bares em frente à Faculdade transbordam de gente conversando, rindo, ‘azarando’²⁹ e também fumando, bebendo e, disfarçadamente e com cautela, “pitando seus baseados”³⁰.

“A tomada de narcóticos e estimulantes de diversas classes pode ser considerada do ponto de vista de entretenimento, embora, por via de regra, esteja a serviço de motivos religiosos ou sociais”. Essa seria a orientação do “Guia Prático de Antropologia” (Comissão Real do Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e Irlanda, 1971:402-403) a quem se propusesse a interpretar o consumo de tais substâncias em sociedades distintas, de um ponto de vista antropológico. Nessa perspectiva o “olhar antropológico”, voltado para a sociedade dos “outros”, deveria identificar e descrever, nos moldes da ciência da época, as características desse tipo de comportamento social.

Pelo que pude constatar nas entrevistas, e como ocorre na maioria dos casos, não existe propriamente uma motivação religiosa no uso da cannabis entre os estudantes pesquisados, sendo esta mais um produto de consumo, que apresenta, contudo, algumas

²⁹ “Azarar” :paquerar, flertar, se insinuar a alguém.

³⁰ “pitar um baseado” ou resumidamente “pitar um” é uma maneira comumente usada entre os consumidores de cannabis do grupo para se referir ao ato de fumar maconha.

singularidades devido a sua condição marginal. Durante o trabalho de campo identifiquei um consumo da cannabis que pode ser classificado como de “fins recreativos” e que, como pude comprovar, pode ser considerado o mais freqüente entre as pessoas estudadas.

Por “uso recreativo”, reivindicação dos que defendem a legalização da cannabis e noção comum empregada na literatura sobre o assunto, entendo tanto o entretenimento como os “motivos sociais” citados acima no “Guia Prático de Antropologia”, ambos motivações recorrentes nas explicitações dadas pelos fumantes do grupo pesquisado sobre porquê de se fumar maconha.

Numa comparação com o que Becker (1963) definiu como *use for pleasure*³¹ este tipo de consumo também não teria como característica a compulsividade, sendo invariavelmente casual e por prazer. Entretanto, e se contrapondo às colocações do autor, compreenderia igualmente a tendência a se consumir cannabis como forma de se inserir em um grupo e desfrutar do ‘prestígio’ que tal condição possa propiciar.

Antes de iniciar a narração de como se processou todo o trabalho de campo, caberia aqui uma consideração sobre minha “autoridade” ao tratar deste tema, ou seja, uma breve exposição do meu envolvimento pretérito com o já referido “mundo das drogas”, que pressupõe a capacidade de compartilhar códigos próprios a esse universo, e a oportunidade de já ter passado por experiências similares a de alguns entrevistados que declararam consumir cannabis regularmente, o que me faz, enfim, possuir um *background* que permitisse interpretar os dados por uma visão “de dentro” (Geertz, 1997:87).

³¹ “In using the phrase ‘use for pleasure’, I mean to emphasize the noncompulsive and casual character of the behavior. (I also mean to eliminate from consideration here those few cases in which marijuana is used for prestige value only, as symbol that one is a certain kind of person, with no pleasure at all being derived from its use.) (Becker 1963:44)

Sem a intenção de com isso fazer um roteiro autobiográfico voltado para um momento da adolescência e início da juventude em que participava de um grupo, formado por pessoas basicamente da mesma faixa etária, em que a maioria dos integrantes consumia maconha diariamente – além de, esporadicamente, cocaína e outros tipos de drogas – creio que vale o relato a título de identificação da minha posição ao enfocar o referido tema.

No período compreendido entre os anos de 1985 a 2000 eu era membro efetivo de um grupo de jovens e adolescentes que residiam em um determinado bairro de classe média de Juiz de Fora, ou nas proximidades. Este grupo era diversificado, formado por estudantes secundários e universitários, trabalhadores autônomos, um bancário, um músico e outros sem ocupação definida – um grupo mais ou menos fixo de oito pessoas, mas que poderia chegar a vinte, conforme a ocasião; a absoluta maioria composta por indivíduos do sexo masculino entre 15 e vinte e poucos anos - que se reuniam diariamente na casa de uma dessas pessoas, cujo pai era “limpeza” (deixava que se fumasse maconha ali dentro), para ouvir música, jogar e realizar uma infinidade de outras atividades, que sempre eram acompanhadas do consumo da cannabis por quase todos.

Atualmente sei, através das notícias que me chegam em um ou outro encontro casual com algum membro daquele grupo, que bem poucos ainda usam qualquer tipo de “droga” e, os que continuam fumando maconha, já não o fazem com tamanha frequência. Os motivos para tais mudanças de comportamento, por diferentes que sejam, invariavelmente têm relação com os motivos apresentados no capítulo II para a interrupção de uma ‘trajetória desviante’ (Becker, 1977) no que se refere ao uso de drogas. Hoje todos têm entre trinta e quarenta e poucos anos, estão devidamente empregados, constituíram família, têm filhos e não encontram, segundo me dizem, espaço ou tempo em suas vidas para aquelas ‘loucuras’ da adolescência.

Além desse período em que tive contato com um grupo de pessoas que fumavam maconha com muita frequência, ainda hoje convivo com pessoas que regularmente fumam, ou ocasionalmente frequento ambientes onde o uso é flagrante. Nos próprios *campi* das universidades se encontram condições para tal consumo que são muito convenientemente aproveitadas pelos consumidores de canabis, estudantes ou não, fato que não se esconde aos olhos – e principalmente ao olfato - de um observador atento.

Após essas considerações iniciais, podemos voltar às circunstâncias em que foi realizado o trabalho de campo: no período em que realizei esta pesquisa pude exercitar, de certa forma, um “olhar distanciado” sobre o grupo pesquisado, de características similares ao daquele em que participei na adolescência e que descrevi acima pelo fato de consumirem canabis com regularidade. Assim as gírias próprias, as preocupações com a polícia, com a compra do produto e outras vicissitudes decorrentes desta característica identitária representada pelo consumo da canabis, eram quase as mesmas, apesar, naturalmente, das especificidades de cada caso.

Assim o distanciamento que experimentei se deu primeiramente por não ser um membro efetivo do grupo estudado, apesar de que, com o tempo de convência com a turma, laços de amizade se formaram e/ou se estreitaram, contudo, não participo efetivamente da rotina da turma e não compartilho da condição, comum ao grupo, de aluno da mesma. Depois, e principalmente, por não ser um consumidor regular de canabis, o que conseqüentemente me abstém de vivenciar os conflitos, apreensões e, com maior intensidade, compartilhar do sentimento de cumplicidade que tal condição me imporia.

A seguir apresento algumas singularidades do grupo composto pelos consumidores de maconha no que se refere à convivência de seus membros, que compartilham este tipo de consumo ilegal, inseridos num contexto social mais amplo.

Estratégias de consumo

1) Territórios livres, “barcas” e “quebradas”

A criação e utilização de gírias próprias é uma característica fundamental na diferenciação das pessoas que fumam, que têm ou já tiveram algum tipo de contato mais próximo com grupos de fumadores de maconha. Dessa forma a linguagem hermética compartilhada pelos consumidores de cannabis, é uma estratégia básica ‘aprendida’ por quem se insere (ou já esteve inserido) nesse meio. A começar pela denominação do próprio produto de consumo, que apresenta uma extensa lista de sinônimos além de variar conforme a região e o momento. Como escreveu Antônio Rafael Barbosa “não há nada que desenvolva mais cognomes do que aquilo que é proibido, de que se evita falar.” (1997: 31)

E de fato a palavra “maconha” quase nunca é usada durante conversas entre os consumidores, mesmo não se detectando nenhum “sujeira” por perto³². Usa-se, e vez por outra se inventa, um ou outro epíteto diferente para se referir á cannabis, sendo que os mais comuns que ouvi foram: “bagulho” (ou o diminutivo “bagulhim”), “beque” e “mato” (esse pouco usado); “baseado” (usado mais para se referir ao cigarro a ser fumado, que pode ser um “djasco”, um “pakatum” ou uma “morra” quando relativamente grande ou então um “fino” ou “fininho”, quando de tamanho reduzido, também pode se dizer “fumar um” ou “fumar unzinho”); “da boa” ou “do bom”, “veneno” e “teba”, ou “paia” e “fuiá” (conforme seja, respectivamente de boa ou de má qualidade) e “peso”, “bucha” ou “dola” (para se referir à quantidade do produto a ser negociada).

A lista de “gírias” próprias aos consumidores de cannabis, mesmo que se restringindo a um pequeno grupo como esse, pode ser extensa. Outra forma de compartilhar essa

³² sujeira = situação perigosa para o consumidor ou a pessoa da qual se quer esconder o ato. Entre usuários de drogas se diz: “pintou sujeira”, “sujou”, “tá sujo” ou: “tal pessoa é sujeira”, quer dizer: é delator, um policial a paisana, ou alguém que, por algum motivo, não pode saber da transgressão.

experiência singular de consumo é a proliferação de frases irônicas, como aquela do informante que “fuma maconha diariamente, há vários anos, e nunca se viciou”; ou outras também bem humoradas como por exemplo: “se a maconha está atrapalhando seus estudos, deixe de estudar” ou: “eu não sou maconheiro, maconheiro é pé de maconha. Eu sou é consumidor de canabis”.

Obviamente que, enquanto o falar sobre e até mesmo as transações comerciais envolvendo a maconha podem acontecer, de forma dissimulada – ou “dichavada”, no dizer dos “maconheiros” – sem que outras pessoas percebam, o ato de fumar necessita de um ambiente especial, mesmo que logo após se esteja novamente em meio às outras pessoas para se “curtir a onda”³³.

Nesse aspecto, de acordo com a posição social e poder aquisitivo, se diferenciam muito os consumidores. A diferenciação mais básica é se poder ou não fumar em casa. Como observou Velho (1998) as pessoas ou o grupo que podem fumar “em casa” têm condições de se encastelar e “viajar” sem as preocupações de quem fuma “na rua”³⁴ ou em “quebradas”, locais que serão tratados à frente.

Como me informou Josué, um bom momento é estar em casa, “apertar um” e fumar para dormir ou fazer sexo.

Também a “barca”³⁵ é outra possibilidade de se consumir a cannabis sem, ou com um mínimo de risco. Naturalmente só desfruta dessa possibilidade quem possui, ou pertence a um círculo de amizades em que alguém possui um carro. Como me relatou na entrevista Roxane, pode ser um momento bastante relaxante e prazeroso entrar no carro,

³³ “curtir a onda” = desfrutar do efeito produzido pela droga.

³⁴ Interessante relacionar aqui a oposição entre o mundo “da casa” e o mundo “da rua” proposto por Roberto da Matta (1997; 2001) com as situações vividas por quem consome regularmente maconha em um ou outro ambiente.

³⁵ “barca” = o carro; se diz: “fazer uma barca” quando se sai de carro, geralmente em grupo, para se “fumar um”

ligar um som e fumar um “baseado” tranqüilamente, enquanto se dirige do trabalho para casa ou mesmo saindo para um passeio.

Segundo me foi informado pelos entrevistados que não usufruem do privilégio de se ter um carro, quando também não é possível se desfrutar das “comodidades” referidas acima para se consumir a cannabis, é necessário, freqüentemente, recorrer às ditas “quebradas”.

Becos, ruas desertas, praças menos movimentadas, tudo isso pode vir a ser uma “quebrada”. Com essa intenção os fumantes “menos privilegiados” do 2º período de Estudos Sociais, bem como outros alunos da faculdade e também frequentadores dos ‘barzinhos’ em frente, utilizam mesmo a própria rua em frente à faculdade para fumar; alguns (este é o caso de algumas pessoas do grupo pesquisado) saem andando e, num andar pausado, numa volta no quarteirão fumam seu ‘baseado’ e voltam para a sala de aula ou se dirigem para um dos barzinhos. Outros fumam mesmo parados numa parte mais escura da rua. Estes se arriscam mais a serem ‘filmados’³⁶, geralmente não estudam na faculdade ou não são do “pedaço” (Magnani, 1984) ou, como dizem, ‘da área’.

Outra possibilidade é a casa de alguém onde se possa fumar sem que “pinte sujeira”; nesse caso pode acontecer de pessoas ali se reunirem habitualmente para fumar e o local fica conhecido como uma “quebrada”. Um inconveniente dessa situação é que, conforme o local onde se situe essa “quebrada domiciliar”, pode incomodar os vizinhos que têm que conviver diariamente com a “maré”³⁷ sem se dispor a serem coniventes.

³⁶ ser ‘filmado’ quer dizer ser visto e reconhecido em atitude suspeita ou flagrante.

³⁷ “maré” = cheiro característico da maconha queimando que denuncia o consumo ilícito.

Como me informou Magali, o fato de seu vizinho fumar “descaradamente” no quintal a incomodava muito, pois a casa ficava infestada daquele “cheiro horrível” e ele (o vizinho) nem se preocupava em disfarçar.

Na praia e em alguns campos de futebol, de várzea ou mesmo em estádios, também pode ser possível fumar maconha, desde que se respeite alguns preceitos. Ou seja, deve-se ser discreto, procurar um local conveniente e não evidenciar por demais o ato. Como dizem, não se deve “escrachar”, ser explícito, a não ser que se queira afrontar intencionalmente as regras do convívio social, o que normalmente não é o caso dos consumidores em questão.

Existem entretanto outras situações em que, mesmo se estando em público, o ato de fumar maconha é relativamente normal. Este é o caso de alguns shows destinados a um público específico, principalmente os de reggae onde, devido à identificação deste gênero musical com a cultura Rastafari e, conseqüentemente, com a cannabis (“Kaya”, como também é denominada a maconha nas músicas), o seu consumo é quase que obrigatório.

Também algumas cidades turísticas atraem um determinado tipo de freqüentadores que associam o local à idéia do que poderíamos chamar de um “território livre”, onde o consumo de cannabis é relativamente tolerado. Assim são por exemplo Maromba e Trindade, no estado do Rio de Janeiro ou São Tomé das Letras e Conceição de Ibitipoca, em Minas Gerais. Esta última, bem próxima de Juiz de Fora (aproximadamente 70 quilômetros), é bastante freqüentada pelos juizforanos, inclusive por pessoas da turma.

Essas cidades turísticas, inicialmente pequenos povoados ou arraiais, foram aos poucos sendo identificados como locais de sobrevivência - *revival* - do movimento *hippie* dos anos sessenta, e escolhidas por alguns dos atuais moradores, que para lá se mudaram, saindo geralmente dos centros urbanos, em busca desse ideal. Esses moradores compõem assim, juntamente com belezas naturais e algumas histórias folclóricas (como no caso de São Tomé das Letras que dizem ser ponto de pouso de discos voadores e possuir cavernas que desembocam em Machu-Pichu, no Peru) um ambiente atrativo para turistas, a maioria de jovens, que privilegiam essas cidades em função dessas características peculiares que propiciam esta relativa liberalidade em relação ao consumo de maconha.³⁸ Nesses locais, além da presença de policiais ser irrisória, o próprio fato do grande número de turistas que se soma desproporcionalmente à população local cria um certo ambiente de impessoalidade e permissividade.

³⁸ Dos lugares citados acima só não conheço pessoalmente Maromba mas sei que também possui as mesmas características descritas para São Tomé das Letras, Trindade e Ibitipoca.

Conforme me relatou Adriana, numa excursão com colegas do trabalho para lá ela se surpreendeu ao constatar que um deles fumava maconha, pois, certamente, em decorrência desse clima “liberal” da cidade, este fumou, sem cerimônias, um “cigarro de maconha”³⁹ perto dela.

Contudo são nas festas onde se criam condições privilegiadas para se analisar o consumo de cannabis conjuntamente por um maior número de pessoas do referido grupo de estudo. Nesses momentos excepcionais, que poderíamos caracterizar como de “inversão da ordem” (Da Matta, 1997) e também quando se pode vivenciar um exacerbamento da experiência de *communitas* (Turner *apud* Velho, 1998:65), quando as pessoas se predis põem à flexibilização de regras e a momentânea volatilização das estruturas; invariavelmente se consome álcool, e o consumo de cannabis, em alguns casos, vem a ser mais tolerado pelo grupo extenso e menos contido pelos eventuais consumidores.

Ao perguntar à Adriana se ela conhecia maconha, se já tinha visto alguém fumando ela me respondeu: “conheço, até dois anos atrás não conhecia. Foi depois que fui trabalhar na M. e aqui na faculdade. Fui num churrasco e fiquei impressionada! Nunca fui de ‘gandaia’. Nesse churrasco foi horrível, não se comia, só se fumava, mais nada! Até um professor fumou! (*sussurrando*)”

Infelizmente não me possível participar de nenhuma festa no período de pesquisa para verificar tais situações *in locu*, mas delas soube notícias e, pelo relatado, pessoas (inclusive este professor) que normalmente poderiam ser tidas como “caretas” na acepção dada anteriormente ao termo, nessas festas se permitem a compartilhar do momento de descontração com a turma e se arriscam, entre outras ‘loucuras’, a fumar maconha.

Acontece que para se ter acesso à maconha é preciso se ter acesso também a uma rede de comércio clandestino que opera em pontos obscuros da cidade, as chamadas “bocas”, ou então possuir bons “contatos”, que é o assunto que vai ser tratado a seguir.

2) Caminhos e descaminhos do tráfico:

Além do aprendizado dispensado para se adaptar ao efeito da droga (Becker, 1977), quando se passa à condição de consumidor regular, ou quando se quer fazer uma ‘loucura’ ocasional e consumir um tipo qualquer de droga, é necessário aprender também como conseguir a droga, tarefa para a qual é imprescindível uma socialização efetiva no “mundo das drogas” face à clandestinidade característica desse tipo de consumo.

³⁹ Entre os “maconheiros” nunca se diz fumar “um cigarro de maconha”, pois provavelmente soa como redundância ou terminologia “caveta”; entre eles ou se “fuma maconha” ou se fuma um “baseado”.

Como, em condições normais, não se encontram pontos confiáveis de venda desse tipo de droga por anúncios ou letreiros, o iniciante nesse tipo de consumo corre o risco de enveredar por descaminhos que o façam perder dinheiro, comprar mercadoria adulterada ou abaixo do peso declarado, e sem a mínima possibilidade de se recorrer aos órgãos oficiais de defesa do consumidor.

É certo então que, caso se queira fazer um “bom negócio” deve se pertencer a uma rede de contatos que, quanto maior for, mais assegurará o fornecimento da droga com o mínimo de risco e máximo de regularidade.

Aqueles entrevistados que compram a cannabis com uma certa constância, procuram evitar as ‘bocas’ nos morros e periferia e preferem comprar de outros consumidores, que eventualmente compram para si uma maior quantidade do produto (50, 100 ou até 500 gramas) e revendem para reduzir os custos do próprio consumo. Geralmente esses traficantes no varejo pertencem a uma rede próxima de relacionamentos ou são indicados por alguém que a ela pertença.

Como constatei nas entrevistas com os alunos que consomem maconha regularmente, todos já fizeram algum tipo de “movimento”⁴⁰, mas nunca com o intuito de com isso ganhar dinheiro e sim para custear o próprio consumo e até mesmo, segundo me relataram com unanimidade, para “quebrar o galho da galera”, ou seja, para suprir alguém que estivesse naquele momento sem maconha para fumar. Inclusive é comum entre eles o costume de se presentear mutuamente com pequenas quantidades do produto.

Uma outra variação freqüente dessa forma de compra é o ‘boi’⁴¹: uma derivação da gíria corrente ‘fazer uma vaca’, ou uma ‘vaquinha’, que significa reunir alguns consumidores (mesmo quando somente duas pessoas juntam o dinheiro para comprar maconha já se configura um ‘boi’) para comprar uma maior quantidade que, algumas vezes, quando se arrecada dinheiro suficiente e se dispõe a correr o risco, pode chegar até a um quilo.

Porém este tipo de mercado é extremamente instável e, na época de ‘seca’ (quando a maconha escasseia ou some totalmente de circulação) é preciso se recorrer às ‘bocas’ ou situações arriscadas e incertas, procurar novos ‘contatos’, pagar mais caro, fumar maconha de pior qualidade ou ‘dar um tempo’ e ‘ficar de cara’.⁴¹

Quanto à questão do preço, como foi dito, varia mais em função da oferta e parece que há também uma variação que acompanha a inflação. Segundo me informaram, com três ou cinco reais se compra o equivalente a, aproximadamente, dois gramas de maconha, quantidade suficiente para se “apertar” dois “baseados”, sendo que com cinquenta reais

⁴⁰ “fazer um movimento” significa, na linguagem usual dos consumidores de cannabis, comprar e revender o produto.

⁴¹ Quando se está a um tempo sem fumar maconha ou usar outra droga é bem comum se utilizar a expressão ‘dar um tempo’; já a expressão ‘ficar de cara’ é uma derivação de ‘ficar de careta’, no sentido de não consumir drogas, estar lúcido.

pode se comprar cinquenta gramas em época de oferta regular e meio quilo sai por duzentos e cinquenta reais⁴². Quando se faz um ‘boi’ consegue-se reduzir bastante os custos e geralmente se compra a maconha ‘prensada’, mais fácil de se armazenar e, quanto mais compacta, melhor a qualidade.

Quanto à qualidade da maconha consumida, pelo que me disseram, com o passar do tempo, foi ficando inferior. Todos os informantes foram unânimes ao afirmar que antes se conseguia maconha de melhor qualidade, e também ‘bagulho solto’, aquela que não foi prensado, geralmente vindo do Nordeste brasileiro. Ao que parece, atualmente, quase toda a maconha comercializada em Juiz de Fora, e provavelmente grande parte da que é comercializada em toda a região Sudeste, é prensada e proveniente do Paraguai. Talvez pelo relativo baixo custo, praticamente não existe adulteração do produto como acontece com a cocaína, apesar da concentração de THC da maconha comumente consumida no país ser bem inferior ao da consumida nos EUA por exemplo.

Uma opção muito pouco freqüente, ou pelo menos pouco declarada pelos consumidores é a autosuficiência em relação ao fornecimento da cannabis pelo plantio da mesma (foto 9). Em alguns países a lei é tolerante sobre esse aspecto e embora o Brasil, por seu clima e território, seja extremamente propício a esse tipo de cultivo, essa não é uma prática comum, ao menos no meio urbano, provavelmente por ser uma planta facilmente identificada, além das penas bastante severas para quem a cultiva.

3) “Segurando a expressão”

Conforme relatei anteriormente, quando, na adolescência, convivia num grupo onde se fumava maconha regularmente, existia uma preocupação grande por parte daqueles ‘maconheiros’ de dissimular o fato de estarem sob o efeito da droga para quem pudesse ser considerado ‘sujeira’. Assim se recomendava a quem houvesse fumado que se ‘segurasse a pressão’, ou seja, que não despertasse suspeita, que não se intimidasse e agisse naturalmente frente a quem quer que fosse (pessoas da família, professores, policiais, ...) que representasse algum tipo de risco caso o ‘estado alterado’ provocado pela maconha fosse detectado.

De ‘segurar a pressão’ derivou-se ‘segurar a expressão’, numa alusão á atitude facial – uma expressão - que não comprometesse a dissimulação daquele ‘estado alterado’.

⁴² Podemos constatar como a maconha em cerca de trinta anos se tornou um produto bem mais acessível pois segundo Gilberto Velho, no período em que realizou sua pesquisa na Zona sul Carioca o quilo de maconha custava aproximadamente mil dólares! (Velho, 1998:72)

Podemos identificar essa estratégia de se administrar o consumo da cannabis, representada pelas técnicas de dissimulação de seus efeitos quando assim for conveniente, como uma forma de ‘atuação’ (Goffman, 1989) bem característica⁴³.

Como pude observar durante as aulas que assisti como ouvinte junto à turma este tipo de atuação por parte dos alunos que se ausentavam para fumar maconha e depois retornavam para a sala acontecia muitas vezes estruturada sob a forma de uma equipe.

Seguindo uma sugestão de Goffman,

“se nosso interesse especial é o assunto do manejo de impressões, das contingências que surgem na promoção de uma impressão, e das técnicas para satisfazer tais contingências, então a equipe e sua representação podem ser as melhores para se tomar como ponto fundamental de referência.” (1989:78,79)

Para o autor uma equipe pode ser assim definida como

“um conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária, para ser mantida uma determinada definição projetada da situação. Uma equipe é um grupo mas não um grupo em relação a uma estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou série de interações, na qual é mantida a definição apropriada da situação.” (1989:98)

Quanto às outras pessoas da turma, podem ser consideradas, sob essa ótica, também como uma equipe. Ainda nas palavras de Goffman:

“todos os outros participantes, nas suas diversas representações em resposta ao espetáculo da equipe efetuado diante deles, vão se constituir, eles próprios, num sentido significativo, numa equipe. Desde que cada equipe estará representando sua prática para outra, podemos

⁴³ Mr, 27 anos, sem conhecer a obra de Goffman, assim traduziu sua posição em relação ao fato de fumar maconha ocasionalmente: “quando a gente cresce, para conviver no meio social você tem que fazer teatro. Como professor eu não posso chegar na frente de uma turma e dizer ‘eu fumo [maconha]’”.

falar em *interação dramática* (grifos meus), e não em ação dramática, e considerar essa interação não como uma mistura de tantas vezes quantos sejam os participantes mas, antes, como uma espécie de diálogo e inter-representação de duas equipes” (*ibid.* :89).

Como pude comprovar, durante minha participação como ouvinte durante as aulas, essa *interação dramática* de fato acontece, pois os alunos quando saem de sala para fumar ou quando entram na sala após terem fumado maconha não só não evidenciam o “estado alterado” resultante de tal ato, como também procuram disfarçá-lo, pingando colírio e chupando bala para tirar a “maré”⁴⁴. Segundo me foi relatado, conforme a situação exija maior distinção e formalidade, essa preocupação em disfarçar os efeitos observáveis após se fumar maconha é constante.

Aqui estou me remetendo a uma situação real e por mim presenciada, quando um grupo de pessoas, depois de ter fumado maconha, entra em contato com outro grupo de pessoas no cotidiano de uma sala de aula. Ocorre que, justamente por ser esse ambiente da sala de aula de certa forma descontraído, e também pela obviedade do fato daqueles alunos terem acabado de fumar maconha, alguns assumem uma postura que poderia ser classificada como “cínica”: “quando o indivíduo não crê em sua própria atuação e não se interessa em última análise pelo que seu público acredita, podemos chamá-lo de cínico” (Goffman, 1989: 25,26)

Só mais uma consideração a acrescentar à noção de *interação dramática* utilizada para este caso específico: mesmo com alguns alunos não se preocupando muito em se disfarçar frente a turma após ter fumado maconha, alguns (poucos) alunos nem percebem ou são indiferentes ao fato. Dentre os que não percebem se situam aqueles considerados pelos que fumam maconha de “caretas”. Essa denominação pode adquirir a conotação de uma categoria de acusação, com a mesma intensidade e de sentido contrário à de “maconheiro”, utilizada somente pelas pessoas que não consomem maconha, e muitas vezes com uma ênfase discriminatória intensional.

⁴⁴ Um dos efeitos observáveis produzidos ao se fumar maconha é ficar com os olhos vermelhos. Para inibir esse efeito é comum entre os consumidores de cannabis que não querem ser identificados pingarem colírio nos olhos. Outra consequência é o cheiro forte de mato queimado que impregna a roupa e o hálito, a dita ‘maré’, que se procura amenizar chupando balas ou fumando cigarro.

Os “caretas” e outras trajetórias:

Como já foi dito anteriormente, dos cinquenta e seis alunos matriculados na turma, trinta e um responderam se já tinham ou não experimentado maconha alguma vez e, caso afirmativo, se continuavam fumando. Podemos considerar que, se todos eles disseram a verdade, praticamente metade (catorze pessoas) nunca experimentou maconha. Até aquele momento, do total de alunos que responderam à questão, dez pessoas já haviam experimentado mas não fumavam mais e sete fumavam, esporádica ou regularmente.

Ao perguntar na entrevista à Magali se ela convivia com pessoas que fumavam maconha ela disse que não sabia; que falavam que alguns dos colegas de turma fumavam mas que ela mesma nunca tinha visto. Ou essa entrevistada queria proteger seus colegas ou, de fato, o conhecimento que ela possuía sobre o assunto não a capacitava a reconhecer na turma alguém que fumasse maconha.

Esta pessoa, em particular, faz parte do grupo de pessoas da turma que responderam às entrevistas (apêndice D) e nunca fumaram maconha, representando, a princípio, o que se caracterizaria como o grupo dos “caretas”.

Entretanto essa categoria não é tão simples e definitiva, pois ela pode ser usada não só para classificar uma pessoa que não fuma maconha – ou usa qualquer outro tipo de droga ilícita – mas também para se referir a alguém que assume uma postura convencional ou retrógrada⁴⁵, e não só por pessoas que usam drogas, mas como uma categoria de acusação, como o caso de Letícia, ao se referir a pessoas da turma que julgavam que ela fumava maconha só por andar com pessoas que fumavam, apesar dela nunca ter fumado.

⁴⁵ Ver Velho, 1998:27.

O caso de Letícia é interessante pois ela relatou já ter passado por uma situação em que foi discriminada por estar em um grupo onde todos fumavam maconha e ela não quis fumar, ou seja, comprovou a relatividade do conceito de desvio quando se trata de conceitos próprios a grupos específicos na sociedade.

Por exemplo, entre os ouvidos em entrevista apenas duas pessoas nunca bebem cerveja com pessoas da turma na saída da aula ou nos finais de semana. Uma delas provavelmente, entre outros motivos, por ser membro assíduo de uma igreja que não permite tal prática, a outra bebe apenas vinho, “muito raramente”. Por outro lado todos os outros entrevistados bebem cerveja, mesmo que alguns digam que bebem “socialmente” “moderadamente”, e outro que parou de beber por ser o álcool uma droga que causa dependência, principalmente quando associado à cocaína, e que agora só fuma maconha (pretende parar de fumar cigarro).

Mas, enquanto os conceitos de desvio variam conforme os estilos de vida e visões de mundo dos entrevistados, o conceito de “droga” assume um caráter de unanimidade ao analisar as respostas da pergunta : “o que é droga”?

Basicamente ao definir o que vem a ser droga os entrevistados se pautam ou em definições morais: “tudo aquilo que faz mal, destrói a vida do ser humano”; “uma coisa ruim”; “não tem nada de bom”; “coisa que faz mal a saúde”; “uma busca retrógrada”; “o que destrói”; ou em definições médico-laboratoriais: “coisa que cria dependência”; “substância que causa mudança na mente da pessoa”; “algo que faz com que a pessoa atinja outro estado, fique doido”; “tudo aquilo que vicia, acaba com o ‘eu’”; “qualquer substância atípica ingerida para atingir alguns efeitos”.

Alguns ainda tentam relativizar suas definições sobre drogas, considerando os efeitos como: “peculiares a cada pessoa”, dizendo-as “não totalmente negativas nem

positivas, dependendo da dosagem e da sensibilidade de cada organismo”; ou então a têm como “uma substância que quando convêm é usada para fazer o bem mas pode fazer o mal, desde que administrada em maior quantidade e sem a preparação para ser usada”. Houveram os que pensam que ‘esta é uma definição muito ampla, depende da hora’ ou que “há um tipo de droga para cada pessoa” e ainda que “há pessoas que tentam administrar [seu uso]”.

Entretanto quando buscam diferenciar tipos de drogas ou classificar determinada substância como droga as opiniões divergem. Por exemplo, aparecem nas respostas diferenciações entre drogas legais e ilegais e drogas que viciam e drogas que não viciam, ou então drogas que viciam mais que outras. Entre todas as pessoas que experimentaram ou fumam maconha regularmente é unânime a opinião de que o álcool e, para quem também já esperimentou, a cocaína, causam mais danos que a maconha. Eis algumas opiniões a respeito, ouvidas de alguns dos entrevistados, dentre os quais a maioria já teve algum contato com drogas, geralmente maconha:

“A maconha não causa dependência, a cocaína prejudica. Comprovado cientificamente.”

(Granamir, 20 anos, experimentou uma vez fumar maconha mas não gostou)

“Quando tomo fico agitada, quando fumo [maconha] não. Comecei a fumar com 11 anos, nunca me aconteceu nada de mal, com bebida e pó [cocaína] sim.”

(Lilith)

“O abuso do álcool causa descontrole, a maconha não.”

(Fábio, 28 anos, fuma muito raramente)

“[A maconha] não debilita como o álcool e a cocaína, dá para manter uma linha de raciocínio.”

(Ed)

“A maconha é a droga mais simples; no peso da balança é a que vai me fazer mais bem por menos mal”

(Roxane)

Alguns entrevistados nem classificaram a maconha como droga:

“Maconha é natural, maconha não é droga. Muito bom fumar e fazer música, pura criatividade, poder de criação.”

(Viny)

“Não considero maconha como droga. Todas as outras viciam, te levam a uma dependência, a maconha não te faz tanto mal, é mais pura. Tudo tem um lado mau mas não é como a coca e a heroína, sempre te levam para um lado ruim a partir do momento que tá viciado, não traz nada de bom. Não acredito na idéia de que a maconha leva a outras drogas.”

(Josué)

Quanto aos motivos que levam as pessoas a usar drogas, um dos que apareceu em quase todas as entrevistas, tanto de pessoas que usam como que não usam, foi a “fuga”. De acordo com quase todos os entrevistados se consome drogas para se “fugir da realidade”, “fugir dos problemas”. “Para sair da rotina, para esquecer os problemas e relaxar” (Granamir); “aliviar alguma dor física ou moral” (Letícia)

“Hoje em dia a sociedade leva a um estresse muito grande e tem que se sair de alguma maneira, para aliviar”.

(Alcione)

“Tem a ver com a realidade, a dificuldade de encarar a realidade. Umas [drogas servem] para fugir um pouco, outras totalmente, para extravasar energia, dar uma relaxada da realidade, tipo assim: ‘agora vou desligar a cabeça.’”

(Roxane)

“Para fugir, alteração da consciência, sempre se usa com algum motivo. Quando tem um problema psicológico. Quando tô ‘de cara’ ver as coisas do jeito que elas são é dolorido, então eu fumo.”

(Lilith)

Outro motivo que apareceu com certa frequência foi a ‘influência’ (Ed., 29 anos) de outras pessoas, ou seja, se consumiria drogas “para se enquadrar num grupo” (Emir, 28 anos), “para se integrar a algum grupo” (Fábio), “por pressão dos colegas” (Magali); “tem pessoas que usam para aparecer” (Erasmus) ou para “ficar mais leve e extrovertida, se impor.” (Letícia)

Além dos motivos acima e da ‘curiosidade’ ou da ‘rebeldia’ que, na opinião dos entrevistados, poderiam levar a um primeiro contato com as drogas, duas entrevistadas (que declaradamente abominaram qualquer tipo de consumo de drogas) atribuíram à “falta de estrutura familiar” e ao “abandono dos pais” o fato de uma pessoa usar drogas, como também a uma possível predestinação “hereditária”.

Por outro lado, os que fumam maconha regularmente reconhecem, nas drogas como forma de fuga da realidade e na influência de um determinado ambiente, fatores que induzem a tal consumo, mas dizem que o fazem também como forma de “expandir a consciência” (Viny) – como declarou Lilith, “as viagens mostram que o mundo não é só o que se vê, há algo mais” - ou simplesmente “porque gostam”, por “hábito” ou por “prazer”, geralmente associando o consumo de cannabis a outras atividades:

“Todo sábado de manhã levo os livros para um ‘boteco’, tomamos cerveja, fumamos [maconha] e conversamos; ‘viajamos’ (como se diz no ‘popular’) e aprofundamos nos temas; a maconha amplia os campos de conhecimento.”

(Viny)

“Fumo ‘um’ de manhã e fico tranqüila até à tarde. Quando não fumo fico mal, nervosa, brigo com todo mundo. Gosto de fumar deitada, ponho um som tranqüilo, mas quando estou na rua vai de qualquer jeito. Às vezes [fumo] com os meus cachorros.”

(Lilith)

“Fumo com os amigos, quando tô muito estressada; fumo mais de carro, sozinha, pode ser em qualquer lugar. Não vou ficar com ‘neuras’ na cabeça. (...) Gosto de domingo fumar para ficar ‘de bobeira’ ir ao cinema e assistir um filme.”

(Roxane)

“Gosto de ‘trepar’ depois de fumar, fotografar, caminhar, tocar um instrumento, assistir a um filme; inclusive, se for importante constar aí, acabei de fumar um ainda agora a pouco.”

(Ed)

“Gosto de fumar em casa, na rede, acalma. Acendo um incenso; ou então a dois: transar ‘doidão’ é muito bom. Bêbado é ruim, cheirado pior ainda, mas ‘doidão’ de maconha é melhor, a maconha, como o vinho, dá mais tesão”

(Josué)

Esses alunos para os quais a maconha se insere como um componente do estilo de vida próprio, e com o qual assumem uma postura singular face à discriminação que tal característica os imputa, apresentam trajetórias distintas quanto ao contato com as drogas e em particular com a maconha.

Quase todos já experimentaram algum outro tipo de droga, sendo que somente um deles declarou já ter se ‘picado’ (injetou cocaína na veia) e dois disseram já ter fumado craque. Um ou outro, ocasionalmente, cheira cocaína ou toma ecstasy, e todos consomem, desde a adolescência ou infância (11 anos), bebidas alcoólicas, com exceção de um, que há mais de um ano não bebe absolutamente nada que contenha álcool, desde sua experiência trágica com o consumo de álcool associado á cocaína: “Uma época que eu não fumava [maconha] cheirava e bebia muito, a parte negra da minha vida. Como toda coisa boa tem um lado ruim, aprendi com a própria droga que ela é uma “droga”, comecei a usar muita cocaína. Foi tão ruim para mim, fui no fundo do poço e bati numa ‘mola’ que dizem que tem lá e voltei. Perdi muito, em todos os sentidos; se ‘cheira’ sua vergonha, sua imagem,

tudo de bom que se tem na vida. (...) Agora parei de cheirar já há quase um ano, tentei parar de cheirar sem parar de beber mas não conseguia; o que gastei com a dependência de álcool e cocaína dava para comprar um apartamento.”

Quase todos foram unânimes em relatar que não fumam em ‘casa’⁴⁶, que os pais ou não sabem que eles fumam ou não o consentem, o que faz com que eles prefiram evitar o conflito e não evidenciar que fumaram. Dentre os que fumam, regular ou esporadicamente, e têm filhos, a relação entre consumir drogas e se posicionar frente aos filhos é também conflituosa: ao que me pareceu existe uma preocupação marcante a esse respeito, que se explicitou em várias entrevistas e, pelo que pude perceber, as pessoas não sabem muito bem como lidar com a situação, preferindo não fumar em casa na presença das crianças.

No que se refere ao consumo da maconha e suas implicações no desempenho das atividades acadêmicas, dois desses alunos se manifestaram, dizendo que “atrapalha para assistir aula, produção de texto, concentração; ‘doidão’ se cria muito, mas tô pensando em dar um tempo para não criar o hábito de todo dia fumar” (Ed). “Quando tenho um compromisso não fumo de manhã; apesar de sempre pensar coisas fantásticas quando fumo, fumar muito deixa a pessoa ‘lesada’. Não fumo para vir á faculdade, se souber que terei que me concentrar em algo não fumo” (Roxane).

A questão referente a um suposto vício decorrente do consumo da maconha foi levantada para os consumidores ouvidos e, pelo que pude perceber, o vício se configura, na concepção deles, a exemplo do que acontece com quem consome bebidas alcólicas: quando o sujeito não consegue passar um tempo (um mês, por exemplo) sem fumar maconha; quando ele se entrega ao ócio e não faz e nem pensa em mais nada que não seja

⁴⁶ No sentido trabalhado por Roberto da Matta (1997; 2001) quando trata do ‘mundo da casa’ em oposição ao ‘mundo da rua’.

fumar maconha e, principalmente, quando não distingue os momentos próprios dos momentos impróprios de se fumar.

“Se eu estiver de férias, ou for um final da semana, um feriado, se eu estiver tranquilo, não tiver nada para fazer e tiver uma quantidade legal de ‘bagulho’, eu fumo um atrás do outro; no carnaval, você vai para uma praia mais tranquila, ficar lá a fim de relaxar mesmo, leva umas cinquenta gramas, dá para fumar um ‘beque’ atrás do outro. Mas, no dia a dia, por exemplo, nos últimos quinze a vinte dias eu fumei umas duas vezes, no máximo; fumei ‘um’ na terça feira depois do almoço e acabou me atrapalhando o dia pois eu tinha um monte de coisas que tinha que ter feito durante o dia e acabou que eu fiz a metade das coisas. Então eu estou deixando para fumar mais no final de semana: sexta-feira à noite depois que acabou a aula, sábado à tarde ou domingo eu fico por conta, às vezes vou fazer uma caminhada no meio do mato, aí eu fumo.” (Josué)

“Tem ocasiões em que, tipo assim, se eu for para Ibitipoca e se eu puder levar cinquenta gramas eu vou fumar cinquenta gramas; estou lá, estou no meio do mato e tenho para fumar, aí eu fumo o tempo todo mesmo, porque no ambiente em que eu estou cabe.”
(Ed)

Por algum desses critérios um informante disse que poderia ser classificado como ‘mais viciado’ em relação a alguém que fume apenas um ou outro final de semana, já que ele fuma quase todo dia. Entretanto o limite se configuraria quando o hábito de consumir maconha começa a atrapalhar a realização das outras atividades. Para um outro informante (Josué) “o limite seria quando a pessoa não consegue fazer mais nada sem fumar maconha, não consegue viver sem a maconha, quando não tem, ‘descabela’. Eu não conheço ninguém assim mas... pode existir, também nunca fui em enterro de anão, mas sei que anão morre, então...”

Uma outra questão levantada nessas últimas entrevistas foi baseada na contraposição entre se viver a vida em extensão ou intensidade proposta por Vargas (2002) como uma chave para se interpretar o posicionamento de pessoas que consomem ou se abstêm de consumir alguma “droga”, no sentido que aqui é tratado o termo.

“Nesse caso teríamos então, ao lado de modos de engajamento com o mundo que se definiriam por avaliar a vida em extensão, modos de engajamento com o mundo que se pautariam por considerar a vida, não mais em extensão, mas em intensidade; em suma, ao lado ética da extensão, uma ética da intensidade” (Vargas ,2002:27).

Por essa maneira de se pensar a atitude dos usuários de drogas, o que Vargas define como “ética da intensidade”, expressa na frase lapidar de uma música do roqueiro Lobão: “melhor viver dez anos a mil do que mil anos a dez”, não corresponde à concepção de mundo dessas pessoas por mim inquiridas que, no período da pesquisa, consumiam maconha com certa regularidade.

Primeiramente por não existir entre elas uma só visão de mundo, homogênea, no que se refere ao consumo de drogas e depois porque, sobre esse ponto, os estilos de vida de cada um variam quanto a frequência, intensidade e tipo de drogas consumidas, em relação à interação com a família, disponibilidade de tempo e local para consumo, só para citar alguns fatores mais relevantes de diferenciação.

Creio também que, pelo fato dessas pessoas em particular pertencerem a uma faixa etária específica, com mais de vinte e nove anos, a relação deles com as drogas, e em especial com a maconha, é diferente da que tinham quando começaram a fumar, entre os dezesseis e os dezenove anos.

“Tem uma fase, na vida da gente, adolescência, digamos assim, que a gente tá mais propenso a viver ‘dez anos a mil’, e depois a gente vai crescendo, vai

amadurecendo e vai preferindo viver ‘mil anos a dez’ mas, se você colocar em relação à maconha, eu acho que que usa só maconha ela tá muito mais propensa a viver ‘mil anos a dez’, essa idéia de viver ‘mil anos a dez’ está mais ligada a quem usa drogas pesadas, cocaína e assim por diante” (Josué)

Ainda, sob muitos aspectos, a maconha nem é considerada por alguns deles como uma droga, embora reconheçam que “a maconha não faz tanto mal, mas bem também não faz, [afinal] tô jogando fumaça prá dentro, não é um suco de açaí que eu tô tomando não. Eu gosto de tomar minha cervejinha, fumar meus baseados final de semana (...) mas não sei até que ponto isso atrapalha: eu nado mil metros, sábado andei cinquenta quilômetros de bicicleta, de morro acima, entendeu, então, eu deixo prá trás muita gente que toma guaraná (...) pode ser até que eu arrumo essa ‘malhação’ toda para compensar”. (Viny)

Antes de concluir

Ao projetar esta pesquisa e traçar as partes constituintes do trabalho de campo, era minha intenção investigar as relações que se estabeleciam na turma entre as pessoas que fumam e as que não fumam maconha, enquanto possuidoras de estilos de vida e visões de mundo contrastantes. Entretanto, com o desenvolver das observações de campo a partir do resultado das entrevistas, foi difícil estabelecer precisamente quem se enquadraria em um ou outro grupo pois existe, além do dado objetivo: fumam maconha ou não fumam, uma série de possibilidades quanto às formas de se consumir maconha inseridas em estilos de vida particulares e uma diversidade de visões de mundo a esse respeito que

complexificaram por demais qualquer conclusão tomada a partir dessa orientação metodológica inicial.

Entre os “caretas” mais radicais e os “maconheiros” mais convíctos existiram, como foi dito, uma sucessão de posicionamentos frente ao fato de alguém consumir maconha, mesmo quando considerado a atitude da própria pessoa que se posiciona relativa ou absolutamente, a favor ou contra tal consumo, que ficaria difícil separar grupos arbitrariamente sem incorrer em erros conceituais que invalidariam a pesquisa em suas conclusões.

O que pude verificar foi que tanto “careta” como “maconheiro” são categorias de acusação que servem para marcar um posicionamento frente a posturas condenáveis, de um ou de outro lado, mas não são características absolutas que definiriam com precisão grupos homogêneos e excludentes.

Com o convívio com a turma, ou com uma parte dela, pude constatar que não seria certo pensar em termos de um “grupo de maconheiros”. Os alunos certamente se agrupam por compartilhar estilos de vida e visões de mundo similares e isso faz com que tenham, em geral, uma opinião parecida quanto ao consumo de maconha, o que não indica necessariamente que os membros daquele grupo consomem maconha. Da mesma forma, quando tomadas como referência duas pessoas que consomem maconha pode se chegar a conclusão que elas não têm nada em comum a não ser, além de unicamente consumirem maconha, o fato de pertencerem a uma mesma turma da faculdade.

Conclusões

“Se a igualdade é boa, ela é antes de tudo um ideal que o homem introduziu na vida política para compensar o fato inlutável da desigualdade.”

Louis Dumont

Ao se fazer uma análise sobre o consumo de drogas e as representações sobre este consumo específico para um determinado grupo de pessoas é preciso considerar, antes de mais nada, que o conceito que define o que se entende como sendo “droga” para uma determinada sociedade, bem como a noção da existência de drogas “leves” ou “pesadas”, é social e culturalmente construído, a partir de critérios próprios a um dado momento histórico e que envolvem, como foi colocado no decorrer do texto, interesses econômicos, conflitos ideológicos e disputas internas. Assim é que esse conceito “droga” surgiu e se configurou recentemente para se referir a um fenômeno de consumo característico das sociedades modernas.

Mesmo assim, se já há divergências para se definir o que vem a ser ou não “droga” quando em se tratando de discussões médico-jurídicas, há mais ainda para um determinado segmento da sociedade como é o caso do grupo estudado, embora haja, baseada no senso comum, uma relativa homogeneidade no entendimento do que vem a ser “droga”, mesmo que condicionalmente compartilhada.

Estas noções e conceitos todavia não são estáticos e em alguns casos podem – e devem - estar sendo constantemente revistos. É nesse processo que se insere, por exemplo, esta pesquisa: ao levantar este tipo de questionamento e levar, durante todo o trabalho de campo e na redação final do texto, tanto os “pesquisados” como o pesquisador a refletir sobre seus próprios conceitos a este respeito. Sobre essa característica, própria das análises qualitativas em Ciências Sociais, um ponto inquietante foi que, durante minha relação com os entrevistados na condição de pesquisador, se estabeleceu uma situação de interação que certamente influenciou no resultado da pesquisa, mesmo sem que eu o desejasse, tanto ao

sucitar questões para reflexão sobre a noção comum de “droga”, como sobre o tipo de consumo próprio às pessoas da turma.

Além disso, foi preciso se estabelecer uma diferenciação entre aquelas pessoas que consomem esporadicamente algum tipo de droga, aqui sendo considerada mais especificamente a cannabis, e aquelas que a consomem com certa regularidade, fazendo com que tal hábito represente uma característica comum ao seu “estilo de vida”. Vale registrar que o hábito de fumar maconha não se constitui em si uma marca de exclusão para a turma pois os “fumantes” interagem com os colegas “não fumantes” (que constituem a maioria quando avaliada a periodicidade do uso) independentemente desse fato.

É certo que a teoria de Goffman sobre “dramaturgia social” e estigma, e os modelos explicativos propostos por Becker para auxiliar na compreensão de um comportamento tido como desviante se adequaram, de certa forma, ao estudo das interações entre os alunos da turma. Entretanto uma conclusão importante é que, para esse grupo delimitado, fumar maconha é uma prática tolerada, e por que não dizer já “naturalizada”. Mesmo considerando que alguns alunos – os ditos “caretas” – a condenem, tal fato por si só não compromete o bom relacionamento com as pessoas da turma que fumam.

Mais de um entrevistado declarou que, após passar a conviver com pessoas da turma que fumava, os próprios conceitos em relação ao fato de que fumar maconha seria uma forma de alienação e marginalidade foram revistos pois, as mesmas pessoas que fumavam ostensivamente maconha, nas festas ou mesmo em dias de aula, eram as que trabalhavam, tinham bom rendimento acadêmico e se interessavam pela representação da classe junto à Instituição de Ensino.

A noção de “carreira desviante” utilizada por Becker (1977), tomada como referência para avaliar as trajetórias pessoais em relação ao consumo de drogas, com

atenção especial para o consumo da maconha, ajudou a estabelecer distinções conceituais entre os que já experimentaram, os que fumam esporadicamente e os que a consomem com regularidade.

Existem todavia, além dessas distinções quanto à dimensão do contato de cada um dos entrevistados com a maconha, variações significativas na relação dessas pessoas com a droga e sua inserção na sociedade tendo como referência essa espécie singular de consumo. Entre as características que influenciam nessa diferenciação dos consumidores de maconha, que se expressa em estilos de vida e visões de mundo particulares, poderíamos considerar a idade, a experiência acumulada em relação a esse tipo de consumo, a interação com a família, entre outros.

Mas, certamente, a classe sócio-econômica a que pertencem é preponderante ao definir a relação desses consumidores com os mecanismos sociais de coerção e imposição de regras e, conseqüentemente, sua postura em sociedade face à discriminação decorrente de tal consumo. Transcrevo a seguir trechos de duas entrevistas que, a meu ver, expressam significativamente essa diferenciação na relação das pessoas com a maconha e conseqüentemente com a sociedade, a partir de uma condição sócio-econômica específica:

“A descriminalização [da maconha] já existe, já é descriminalizado, eu não tenho medo. Fumo no meu carro, entro nas lojas fedendo à maconha e não estou nem aí. (...) Se pegam alguém com um baseado ele não vai preso, paga a fiança e pronto. (...) Do jeito que está está bem”. (Roxane)

“A maconha é uma droga muito mais marginal que a coca por estar associada à classe menos privilegiada (...). Sou casado, tenho um filho, tenho que dar um exemplo que não choque com os valores; se pudesse explicar diria que fumo ‘socialmente’. (...) Eu não posso assumir que fumo maconha pois a sociedade cobra uma postura, principalmente por vir de uma família pobre”. (Mauro)

Resta saber quando a legislação brasileira sobre o consumo da cannabis vai se adaptar à condição real de quem a consome e a comercializa, se preocupando mais com a diminuição de danos do que com a repressão, com a regulamentação de uma atividade econômica (produção de fibras e de medicamentos a base de cannabis) que poderia gerar divisas ao país do que com a manutenção de um sistema ‘viciado’ que lucra enormemente

com o tráfico, a custa de propinas junto ao poder público, suborno de policiais e subvenção da violência urbana.

Afinal, como me disse um informante, “quem fuma maconha não é bandido; eu não sou bandido, respeito à individualidade alheia, sou muito mais cidadão que muita gente mas, como fazer algo para tentar reverter essa condição se, quem quer que abrace essa causa é automaticamente visto como “maconheiro”, como alguém que está fazendo uma apologia às drogas, e mesmo que não consuma maconha, tem que “se explicar”.

Por exemplo, num episódio recente noticiado pela imprensa (fevereiro de 2003), o jogador Giba, ídolo da seleção brasileira de vôlei, atualmente atuando num time da Itália, foi flagrado num exame anti doping que detectou indícios de THC em seu sangue. Em nenhum momento se cogitou na mídia a possibilidade dele ter experimentado, ou mesmo de fumar ocasionalmente maconha sem que isso afete absolutamente em nada seu desempenho desportivo ou sua idoneidade moral, tal o nível de introjeção da regra que trata da criminalização do consumo de cannabis no Ocidente.

Com fatos como esse, a mídia acaba por contribuir para a consolidação de uma representação sobre o consumo da maconha que na prática não corresponde, pelo menos entre o grupo estudado, aos usos e significados compartilhados pelos consumidores á esse respeito. Assim algumas propagandas veiculadas por campanhas antidrogas na televisão são ridicularizadas por eles, por serem caricaturais e bizarras como, por exemplo, a do rapaz que vai pedir para os pais da namorada para se casar com ela e na hora esquece esquece o seu nome, entre outras. Algumas pessoas relataram que se decepcionaram ao experimentar maconha pela primeira vez, pois esperavam ser uma ‘coisa de outro mundo’, talvez, devido justamente á desinformação e mistificação freqüentemente veiculada pela mídia quando trata desse assunto.

Mesmo sem ser esse o objetivo dessa pesquisa, pode-se concluir que, sem dúvida alguma, a maconha pode sim ser considerada uma eventual porta de entrada para o “mundo das drogas” e para uma conseqüente “carreira desviante”. Mas isso somente porque, a partir do momento em que a maconha é também classificada como “droga” e seu consumo definido como contravenção, a pessoa que a consome pode se ver obrigada a se envolver numa rede de relações composta por elementos radicalmente divergentes, que fazem da contravenção seu meio de inserção na sociedade. Assim para se conseguir e desfrutar desse objeto singular de consumo se submete a ficar exposta a toda uma série de riscos próprios a essa condição marginal, inclusive, quem sabe, entrar em contato e se enveredar efetivamente por uma “carreira desviante”, embora, durante a pesquisa, eu não tenha verificado nenhum caso desse tipo.

Ao me aprofundar na bibliografia que trata das questões polêmicas envolvendo a repressão ao consumo da cannabis no Brasil, e também ao me familiarizar um pouco com a posição de seus consumidores durante o convívio necessário à pesquisa de campo, tive a real preocupação de que este trabalho não se limitasse a ser mais um requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, mas também que se inserisse em um “debate de idéias” mais amplo e significativo, e que venha a se constituir, de fato, numa “*endo-etnografia*”, nas palavras de Roberto da Matta, “numa discussão viva onde o que efetivamente se discute não são os problemas teóricos que deram origem ao debate, mas questões que afetam a sociedade como um todo” (1992:72).

Outras conclusões poderiam advir de uma permanência maior em campo, com os instrumentos de pesquisa reformulados e uma observação participativa mais intensa, ou mesmo de uma interpretação ainda mais apurada dos dados já obtidos campo. Por

exemplo, tomando como referência o trabalho de Gilberto Velho (1998) poderiam ser buscadas comparações, bem como outros pontos de análise baseados neste autor e que foram identificados nas pesquisas como por exemplo a condição da maconha como uma 'droga social', que se compartilha, que se fuma em grupo, que se convida o outro a fumar; a formação cultural e visão política dos entrevistados; a relação dos consumidores de maconha com a família no que se refere à explicitação e negociação quanto a esse tipo de consumo; o hedonismo e o espírito de contestação associado ao consumo de drogas.

Enfim, tais questões ficarão para serem investigadas futuramente. Por agora só resta me conformar com os avanços e as limitações da proposta desenvolvida nessa dissertação e esperar que essa se constitua numa referência relevante para desdobramentos futuros sobre o tema.

Referências Bibliográficas

- ABREU Filho, Ovídio de. *Interacionismo Simbólico*. in: SILVA, Benedicto (coord.) Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- ABREU, Maurício. *Reconstituindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. In Espaços e Debates, São paulo, v.14, n. 37, 1994.
- AGUIAR, Neuma (org.). Hierarquia em Classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. Um Abraço para Todos os Amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política – UFF, 1997.
- BARNES, J.A. *Redes Sociais e Processo Político in Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos* FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). São Paulo: Global, 1987.
- BASTOS, Dau. O Fino da Erva: a cannabis como ela é. Rio de Janeiro; Garamond, 1999.
- BAUDELAIRE, Charles. O Poema do Haxixe . Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil, 1996.
- BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. Outsiders: studies in the sociology of deviance. New York: The Free Press; London: Collier-MacMillan, 1963.
- BERGER, Peter L e LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade Petrópolis: Vozes,1998.

BONTEMPO, Márcio. Estudos atuais sobre o efeito da cannabis sativa. São Paulo; Ground, 1980.

BOPP, Raul. Cobra Norato e Outros Poemas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

BURGIERMAN, Denis Russo. Maconha; Coleção Para Saber Mais. São Paulo: Abril, 2002.

CASTAÑEDA, Carlos. A Erva do Diabo. Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____. Uma Estranha Realidade. Rio de Janeiro: Record, 1971.

CHIZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

COMISSÃO Real do Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda. Guia Prático de Antropologia. São Paulo: Cultrix, 1971.

CRUZ, Marcelo Santos. GOUVEIA, *Práticas Médicas e modelos conceituais na abordagem das toxicomanias*. in Patrícia et alii. (org.). Drogas: qualidade de vida e cidadania. Rio de Janeiro: Gestão Comunitária, 1999.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. (22 ed.) Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

DA MATTA, Roberto da. O Ofício do Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues” in NUNES, Edson (org.). A Aventura Sociológica. Rio e Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Relativizando o Interpretativismo in Roberto Caroso de Oliveira: homenagem. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.

_____. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____ e SOÁREZ, Elena. Águias, Burros e Borboletas: Um estudo antropológico do Jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

- DOMINGUES, José Maurício. Teorias Sociológicas no Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DÓRIA, Rodrigues. *Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício*. in de FARIAS, Cordeiro e ROCHA, Irabussú (orgs). Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958.
- DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.
- DURKHEIM, Emille. As Regras do Método Sociológico. Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- _____ Durkheim: Sociologia. RODRIGUES, José Albertino (org.). São Paulo: Ática, 1978.
- ESCOHOTADO, Antônio. Las Drogas: De los orígenes a ta prohibición. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- _____ História Elemental de las Drogas. Barcelona: Anagrama, 1996.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FIORE, Maurício. Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de “drogas”. Comunicação apresentada no XXVI Encontro Anual da ANPOCS; Caxambu, 2002.
- FIRMINO, Hiram. *Loucura : degradação e morte nos manicômios do Brasil in Caderno JB Ecológico*. Jornal do Brasil, 28/ 04/ 2002.
- FONTANIVE, Dalcy A. .A UFF e as drogas: radiografia de uma Universidade. Niterói: EdUFF, 1998.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

- GABEIRA, Fernando. A Maconha. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GEERTZ, Cliford. El Antropólogo como autor. Barcelona: Paidós, 1989.
- _____. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOFFMAN, Erving. A Representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GOLDENBERG, Mirian *et al.* Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOUVEIA, Patrícia *et al.* (org.). Drogas: qualidade de vida e cidadania. Rio de Janeiro: Gestão Comunitária, 1999.
- GUEDES, Simoni Lahud. Experiência e Memória: os limites da reconstrução do passado nas histórias de vida de idosos em projetos de gerontologia. Trabalho apresentado na XX Reunião da SBPH; Rio de Janeiro, 2000.
- HANNERZ, Ulf. Cultural Complexity. Studies in the Social Organization of Meaning. Columbia University Press, New York: 1992.
- HECKER, Evaldo *et al.*. Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa (Vol.II). São Leopoldo, RS: Unisinos, 1988.
- HENMAN, Anthony. *A Guerra às Drogas é uma Guerra Etnocida: um estudo do uso da maconha entre os índios tenetehara do maranhão in* ZALUAR, Alba (org.) Drogas e cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HERMANN, Kai e RIECK, Horst. Eu, Christiane F., treze anos, drogada, prostituída,... São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- JODELET, Denise (org.). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

- JOHNSON, Allan G.. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- JOSEPH, Isaac. Erving Goffman e a Microsociologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- KOPP, Pierre. A Economia das drogas. Bauru: EDUSC, 1998.
- LENOIR, Remi. *Objeto Sociológico e Problema Social in* Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LIMA, Roberto Kant de. A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LONZA, Furio. O que é isso, maconheiro?. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Um Diário no Sentido Estrito do Termo . Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MALIZIA, Enrico. *Introdução in* BAUDELAIRE, Charles. O Poema do Haxixe . Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil, 1996.
- MARTON, Scarlet. *O Homem que Foi um Campo de Batalha in* NIETZSCHE, Friedrich. Assim Falou Zaratrusta. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MATOS, Léo. Drogas ou Meditação: meditação como alternativa para o uso de drogas. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas in* Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.
- MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1969.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Coceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica in: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (org.) Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1998.*
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the place of sugar in modern history*. New York: Viking Penguin, 1985.
- PAGÉS, Frédéric. *Descartes e a Maconha*. Rio de Janeiro; Pazulin, 1996.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *Problemas sociais, políticas públicas. in ZALUAR, Alba (org.) Drogas e cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1994.*
- PROCÓPIO, Argemiro. *O Brasil no Mundo das Drogas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro* Rio de Janeiro: Grafia Editorial, 2001.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editôra, 1968.
- ROTTERDAM, Erasmo. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- SÁ, Domingos Bernardo da Silva. *Projeto para uma nova política de drogas no País in Drogas e cidadania. ZALUAR, Alba (org.). São Paulo: Brasiliense, 1999.*
- SAHLINS, Marshall. *Cosmologias do Capitalismo: o setor transnacional do “sistema mundial” in Religião e Sociedade - 16/1-2; Rio de janeiro: ISER, 1992.*
- SAGMACS - Sociedade de análise gráfica e mecanográfica para análise das Ciências Sociais - (elab.). *Aspectos Humanos da Favela Carioca*; Jornal “O Estado de S.Paulo”, Suplemento Especial. São Paulo: 13/04/1960.
- SCHULTES, Richard Evans e HOFMANN, Albert. *Plantas de los Dioses: orígens del uso de los alucinógenos*. México, D. F.: Fundo de Cultura Econômica, 2000.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da. Drogas: Uma compreensão Psicodinâmica das Farmacodenpendências. São Paulo; Casa do Psicólogo, 1995.

SMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. in O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____ George Simmel: Sociologia. MORAES FILHO, Evaristo (org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____ The Sociology of Georg Simmel. WOLFF, Kurt H. (org.) Nova York: Free Press, 1950.

VARGAS, Eduardo Viana. Por uma Genealogia das “Drogas”. Comunicação apresentada no XXVI Encontro Anual da ANPOCS; Caxambu, 2002.

VELHO, Gilberto (org.). Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____ . *A dimensão cultural e política dos mundos das drogas*. in ZALUAR, Alba (org.) Drogas e cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1994

_____ Nobres e anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VERGARA, Rodrigo. Drogas: o que fazer a respeito - In Revista Super Interessante - Abril - ed. 172 - jan. 2002.

VIEIRA, Cássio Leite. *Drama moderno: Tvício* in Diálogo médico. São Paulo: Editora Livre, maio de 2002.

ZALUAR, Alba (org.) Drogas e cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1999.